

BIANCA BATISTA DE OLIVEIRA

**FOME, VARIAÇÃO DO PREÇO DOS ALIMENTOS DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E AS RESPOSTAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

**Rio de Janeiro
2022**



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

**FOME, VARIAÇÃO DO PREÇO DOS ALIMENTOS DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E AS RESPOSTAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em 2022, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do diploma de conclusão de curso.

Orientadora: Elaine Martins Moreira

Rio de Janeiro
2022

BIANCA BATISTA DE OLIVEIRA

**FOME, VARIAÇÃO DO PREÇO DOS ALIMENTOS DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E AS RESPOSTAS DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em 2022 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do certificado de conclusão de curso.

Aprovada em

Prof. Dra. Elaine Martins Moreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Dr. Marcos Botelho
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Maria Angélica Paixão
Assistente Social – (Mestranda UFRJ)

Prof. Dra. Miriam Krenzinger
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

AGRADECIMENTO

Enfim termino essa etapa com o peito transbordando em gratidão por ter cruzado o caminho durante essa jornada com pessoas tão incríveis e especiais que não me deixaram desistir e me trouxeram até aqui. Agradeço também a Deus e ao universo por terem me permitido chegar até aqui, podendo ter tido a chance de obter tanto conhecimento.

Agradeço em especial a professora Elaine Moreira, minha orientadora, que segurou a minha mão em um momento muito difícil na minha vida. Sem ela, com toda certeza, eu não estaria concluindo esta etapa. Uma profissional excepcional, com um vasto conhecimento e um ser humano admirável, gratidão eterna por tudo, não consigo expressar em palavras como sou grata. Agradeço também a minha supervisora de estágio Maria Angélica e a professora Leile Teixeira por terem me ajudado tanto nessa etapa final com muita paciência e conhecimento, me dando todo suporte necessário para eu me sentir confiante de seguir em frente e enfrentar os meus medos.

Aos meus pais e ao meu irmão agradeço por sempre acreditarem em mim, na maioria das vezes, mais do que eu mesma. Além disso, por terem me dado o suporte psicológico e material necessário para eu conseguir encerrar esse ciclo. Ao meu namorado Tuan, minha imensa gratidão, por sempre me incentivar e ficou ao meu lado nos momentos difíceis, com muita paciência, companheirismo e amor. Agradeço a minha prima Nathália, minha psicóloga preferida, que está sempre pronta para me dar um abraço virtual, através das suas palavras carregadas de amor, incentivos e suporte. A minha amiga Juliana que está comigo desde o primeiro dia de aula na faculdade, costumo dizer que foi amizade à primeira vista, deixando as coisas mais leves e sempre acreditando uma na outra. Aos meus amigos do grupo 'Eh só ice' (Darlan, Damaris, Larissa, Bruna e Vitória) que estão comigo desde o colégio me ajudando a enfrentar os desafios dessa vida. À minha família e aos meus sogros, muito obrigada por tudo, vocês são essenciais na minha vida. Por fim, em especial, agradeço a minha vizinha Elena, que veio a falecer enquanto eu escrevia o presente trabalho. Sei que você não vai ler, mas a conclusão dessa etapa é tão importante para mim que mencioná-la aqui é uma forma de fazer uma homenagem. Sei também que ela ficaria imensamente feliz por essa conquista, acompanhou a minha luta desde o colégio. Elena, você foi um ser humano que chegou para trazer alegria e amor em nossas vidas. Vou sentir muitas saudades, obrigada por ter sido amor o tempo todo, por toda a sua alegria e bondade.

“A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei a andar mais depressa. Eu tinha a impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida.”

Carolina Maria de Jesus – O diário de uma favelada

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO- UFRJ

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a fome, o aumento do preço dos alimentos, mais especificamente, itens básicos como o arroz/ feijão, a carne e o gás que não se enquadra como um alimento, mas é fundamental no preparo destes e as ações dos movimentos sociais. O objetivo deste trabalho é identificar e informar sobre os graves impactos que o aumento dos alimentos associado ao desemprego em massa e a falta de ação do governo, causaram à população brasileira, principalmente em um cenário de pandemia mundial. A metodologia utilizada se deu através do levantamento de dados e pesquisa tendo como fonte jornais e revistas de canais de circulação que noticiavam sobre o assunto. Foram construídas tabelas contendo cerca de cinco reportagens cada, contendo a fonte, a data de publicação e o link para acesso. Para melhor discussão sobre o assunto da fome e da segurança e insegurança alimentar, nos debruçamos sobre o livro de Vida e Obra de Josué de Castro, O negócio da fome. Também utilizamos dados secundários para esta pesquisa dos inquéritos realizados pela Rede PENSSAN sobre a temática da insegurança alimentar realizadas durante a pandemia. Por último, abordamos sobre a importância dos movimentos sociais, MST e o MPA, durante a pandemia no enfrentamento da fome. É mencionado também as contribuições do Laboratório de Questão Agrária (QADE) que tem uma articulação com o Movimento dos Pequenos Agricultores e que durante a pandemia acompanhou as ações realizadas pelo Mutirão contra a fome na entrega de cestas agroecológicas em algumas comunidades do Rio de Janeiro. Apontamos a soberania alimentar, defendida pelos movimentos sociais, como alternativa para uma produção que consiga de fato alimentar em quantidade e qualidade a população brasileira e ser capaz de diminuir a fome no país, de forma responsável e respeitosa com o meio ambiente.

Palavras-chave: Fome, Pandemia, Agronegócio, Movimentos sociais.

Lista de Ilustração

Figura 1 – Valores de Bolsa família, cesta básica e salário mínimo	18
Figura 2 – Prato feito fica mais caro	21
Figura 3 – “Osso é vendido e não dado”	23
Figura 4 – “Caminhão de osso no Rio é disputado por população com fome”	24
Figura 5 – Distribuição de moradores, segundo o nível de Segurança/ Insegurança alimentar no país, grandes regiões e localização dos domicílios (urbanos e rurais)	38
Figura 6 – Distribuição de segurança alimentar, insegurança alimentar leve e segurança alimentar moderada/grave no país, segundo a localização dos domicílios nas macrorregiões	39
Figura 7 – Distribuição percentual dos níveis de segurança/ insegurança alimentar segundo situação do trabalho	40
Figura 8 – Distribuição percentual dos níveis de segurança/insegurança alimentar, segundo as características das pessoas referência do domicílio (sexo, faixa etária, raça/cor de pele e escolaridade)	41
Figura 9 – Distribuição percentual de domicílios por condições de segurança alimentar e dos níveis de insegurança alimentar e número dos moradores por estar condições. Brasil e localização dos domicílios urbano e rural	45
Figura 10 – Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condições de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões	46
Figura 11 – Distribuição percentual de Segurança Alimentar dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo – SMPC), Brasil.....	47
Figura 12 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo sexo da pessoa referencia do domicílio, Brasil	48
Figura 13 – Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo raça/cor da pele autorreferida, Brasil	49
Figura 14 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 8 perguntas	50

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Alimentos que compõem a cesta básica de acordo com as regiões	14
Tabela 2 – Comparativo do valor da cesta básica, salário mínimo nominal e salário mínimo necessário	16
Tabela 3 – Comparativo do valor da cesta básica, do bolsa família e do auxílio emergencial	18
Tabela 4 – Preço do arroz e do Feijão	19
Tabela 5 – O preço da carne bovina	21
Tabela 6 – O preço do botijão de gás	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - O PREÇO DOS ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL	13
1.1. Criação da cesta básica no Brasil	13
1.2. Ilustração com o preço de alguns alimentos principais da dieta alimentar da população brasileira	19
1.3. O papel da Companhia Nacional de Abastecimento CONAB	27
2 - A FOME, DILEMA HISTÓRICO DO BRASIL	29
2.1 Josué de Castro: entendendo o fenômeno social da fome	30
2.2 Insegurança alimentar e nutricional no Brasil em tempos de pandemia	35
2.2.1 A Escala Brasileira de Medida Direta da Segurança/ Insegurança Alimentar	37
3 - SOBERANIA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS CAMPONESES.....	51
3.1 Movimentos Sociais camponeses e a solidariedade durante a Pandemia	56
3.2 O Laboratório de Questão Agrária em Debate (QADE) da ESS/UFRJ	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a realização de um estudo sobre o aumento do valor da cesta básica no Brasil no ano de 2020/21, diante de um cenário de pandemia mundial que agravou a crise social já existente no país. Para demonstrar isso, fizemos uma pesquisa sobre três itens considerados os mais comuns no prato do brasileiro, sendo eles: o arroz, feijão e a carne. Adicionamos também o gás, pois é um item necessário para cozinhar alimentos e que, durante este período, sofreu diversas alterações em seu valor impactando a vida de muitas famílias brasileiras. Ademais, apresentaremos os agravantes causados por esse aumento na vida da população, como é o caso do aumento da fome.

Como mencionado acima, o país já estava passando por uma série de medidas iniciadas após o golpe do ex-presidente Michel Temer em 2016. Tais medidas trouxeram prejuízos para a população, principalmente quando se referem a políticas sociais e direitos. No governo de Bolsonaro, a situação se agrava.

Em março de 2020 é decretado no Brasil o início da pandemia transmitida pelo vírus Sars-CoV-2, causador da doença ‘covid-19’ em todo o mundo. A partir desse momento alguns decretos foram criados na tentativa de minimizar o contágio entre as pessoas e uma maior expansão da doença, já que ela é extremamente infecciosa entre os seres humanos, e em alguns casos, pode ser letal. Contudo, no Brasil a adoção destas medidas restritivas à circulação de pessoas e os demais protocolos sanitários foi bastante dificultada pelo governo federal, de modo que as decisões variaram de um estado para outro e até mesmo ficou a critério de cada município. A falta de uma política nacional prejudicou o enfrentamento aos danos sociais e sanitários agravados pela pandemia.

O posicionamento do governo foi de negar a ciência e desdenhar de todos os protocolos discutidos e propagados pela Organização Mundial da Saúde para a proteção e contenção da circulação do vírus, como tais medidas: o isolamento social, o uso de máscaras e álcool em gel. A principal preocupação do governo foi instaurar um terrorismo quanto aos prejuízos que seriam causados à economia do país devido às medidas de proteção contra o vírus e, principalmente, o isolamento social. Além de não querer tomar atitudes que pudessem proteger a população durante a crise sanitária, o presidente constantemente fazia declarações incentivando muitos brasileiros a se colocarem em risco de vida para não “afundar” a economia, culpabilizando a população a todo momento.

Passaram pelo seu governo, até chegar ao atual ministro Marcelo Queiroga, outros três ministros que, ou foram demitidos ou pediram demissão. O primeiro nomeado a ministro da Saúde foi o médico Luiz Henrique Mandetta, demitido tempo depois quando começou a demonstrar um posicionamento pró OMS, incentivando a seguir os protocolos de segurança e o isolamento social e, portanto, divergindo do presidente da república. O seu sucessor, Nelson Teich pediu demissão por não concordar com alguns posicionamentos do presidente, como o incentivo do uso do remédio Cloroquina para o tratamento do coronavírus, além de não ser convocado para participar de algumas decisões como a liberação dos salões de beleza e academias, sendo pego de surpresa pela imprensa. O terceiro ministro, Eduardo Pazuello, diferente dos anteriores, era general do exército e seguiu as ideias propagadas pelo presidente, como a aprovação do uso de cloroquina para tratamento da doença. Sem muito sucesso, acabou sofrendo pressão dos próprios aliados do governo e sendo substituído, pois os números de casos da doença estavam em nível recorde e o enfrentamento, como a negociação com laboratórios para as vacinas, estavam lentos ¹.

Esse cenário totalmente atípico prejudicou ainda mais a vida de muitos brasileiros. O desemprego que já era em massa acabou sendo uma das consequências trazida pela pandemia, o que levou muita gente a perder totalmente a sua renda e agravar a situação de insegurança alimentar e a fome no país. Entretanto, outro agravante que intensificou essa situação, foi o aumento drástico de alimentos considerados essenciais na mesa dos brasileiros. Este será o nosso objeto de estudo; o encarecimento dos itens básicos que compõem a cesta básica; o arroz, o feijão e a carne, o aumento da fome como consequência disso e as ações dos movimentos sociais no enfrentamento dessa situação.

Para demonstrar essa situação realizamos uma série de levantamento junto a jornais com dados atualizados sobre os valores dos alimentos que, além disso, trazem consigo os relatos de algumas famílias sobre as consequências desses aumentos em seus lares. Nos debruçamos em meios de comunicação confiáveis como a Folha de São Paulo, UOL, O Joio e o Trigo, dentre outros.

No primeiro capítulo apresentamos a pesquisa que foi feita através de uma seleção com cerca de cinco reportagens de jornais sobre cada item selecionado, como o arroz/feijão, a carne e o botijão de gás. Após isso, as separamos por tabelas para melhor visualização, com seus respectivos links e datas. Apresentamos também um breve resgate histórico sobre a criação da

¹ Mais detalhes aqui: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>

cesta básica no Brasil e como foram selecionados os itens que as compõem. Falaremos sobre o papel da CONAB, que tem um papel indispensável em momentos de crises, e como o governo vem traçando um projeto de desmonte para esse órgão tão importante no Brasil.

No segundo capítulo discutimos sobre a fome e, para nos ajudar a entender o tema e os impactos causados na vida de quem vivencia desse mal, contamos com as contribuições deixadas pelo médico Josué de Castro que passou boa parte de sua vida estudando e tentando combatê-la. Contamos também com as contribuições do livro “O negócio da Comida” que nos ajuda a entender sobre o sistema agroalimentar que é o grande produtor da fome e de tantas outras doenças. Ademais, apresentamos duas pesquisas denominadas “Inquéritos” sobre a situação da fome e da insegurança alimentar durante a pandemia realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), destacando alguns dados importantes para a análise e reflexões no nosso trabalho.

No terceiro capítulo falamos sobre o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequados (DHANA), que é considerado um direito fundamental a todos os seres humanos e base para a realização de todos os outros direitos previstos. Falamos também sobre a segurança alimentar e a sua importância para o acesso ao DHANA e, para dissertar sobre este assunto contamos com algumas publicações da Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Brasil) que apresenta quatro dimensões para a realização e não violação do DHANA, são elas: a nutrição, a soberania alimentar, as relações raciais e a questão de gênero.

Por fim, apresentamos as ações dos movimentos camponeses durante a pandemia para o enfrentamento da fome em um cenário jamais vivido no mundo. Enquanto o governo se preocupava em manter a elite agrária brasileira com os lucros no agronegócio, propagar mentiras sobre a doença e incentivar a população a arcar com as mazelas da pandemia sozinhos, os movimentos camponeses se prontificaram em tentar amenizar a situação da fome e da insegurança alimentar no lar de muitos brasileiros através da doação de toneladas de alimentos.

Esta reflexão se deu com apoio dos estudos, da pesquisa e da condição de bolsista de extensão junto ao Laboratório Questão Agrária em Debate (QADE) no qual também fiz o estágio III e IV acompanhando ações do Mutirão Contra a Fome do MPA.

1 – O PREÇO DOS ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA NO BRASIL

Neste capítulo apresentamos as informações obtidas por meio de uma pesquisa empírica que teve como fonte reportagens de jornais e revistas para identificar a variação dos preços que alguns alimentos chegaram a ter durante a pandemia (2020/21). Para sua realização que, por conta do momento de alto contágio da doença, foi feita de forma remota, selecionamos três alimentos e um item considerado comum na vida das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros de todo o país e, que podem, portanto, expressar a situação dos preços dos alimentos, com recorte temporal do período da pandemia do covid-19. Os produtos foram: arroz/feijão, carne e botijão de gás. Para cada item elencamos ao menos cinco reportagens de fontes reconhecidas na área, as quais apresentaram a variação de preço e os impactos na vida de muitas famílias.

Ainda neste capítulo, abordamos o processo de instituição da cesta básica que foi precedida do estabelecimento do salário mínimo no Brasil no governo do presidente Getúlio Vargas e como foi feita a seleção dos alimentos para tal, chegando também aos dados atuais sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre a cesta básica. Além disso, falamos sobre a Conab, a sua importância dentro do país e os ataques que vem sofrendo por parte do governo atual.

1.1 - Criação da cesta básica no Brasil

Aqui faremos um resgate histórico sobre a origem da cesta básica no Brasil e qual foi o debate que levou ao seu surgimento. Ela se mantém até os dias atuais, com variações. Conforme o DIEESE, a cesta básica brasileira foi criada ainda no governo de Getúlio Vargas a partir da fixação do salário mínimo publicado pelo decreto nº 399 em 30 de abril de 1938, que regulamentou a lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936. No conceito do salário mínimo é definido uma remuneração mínima a ser paga ao trabalhador/a com a finalidade de que o/a mesmo possa satisfazer necessidades básicas, tais como: habitação, alimentação, higiene, vestuário e transporte.

A criação do salário mínimo e da cesta básica no governo de Getúlio Vargas decorreu de uma forte influência das pesquisas e análises feitas por Josué de Castro que neste período era membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro. Após resultados obtidos em outra pesquisa que havia feito, o inquérito ele realizou sobre “Condições de Vida das Classes Operárias” publicado em 1935, Josué constatou que esses trabalhadores não tinham um bom rendimento no trabalho devido à baixa quantidade e qualidade de alimentos que consumiam, muitos passavam fome e até morriam.

A alimentação deles era baseada em feijão, farinha e carne seca, não sendo consumido frutas, verduras, leite e ovo, o que gerava nesses trabalhadores um baixo aporte nutricional. Isso não era causado por escolha própria, mas pelo fato do salário pago não proporcionar uma alimentação adequada, principalmente para o tipo de trabalho que desempenhavam, não era ofertada uma alimentação de qualidade a fim de proporcionar energia suficiente para o trabalho e que nutrisse o corpo. Neste estudo, Josué coloca por terra todo preconceito e argumentos que ajudavam na época a naturalizar a fome como um fenômeno causado por problemas climáticos, étnicos e de superpopulação. Estas ideias eram referendadas em estudos propagados por pesquisadores e cientistas mundialmente. Todavia, ele prova que a fome era produto de questões de ordem social e econômica, fundamentalmente. Mais para frente vamos reservar espaço para uma maior conversa sobre a obra de Josué de Castro.

Voltando ao tema acima, o valor atribuído ao salário mínimo e a lista de alimentos para a cesta básica foram feitas pelas Comissões do Salário Mínimo, criadas antes da instituição do decreto, através de estudos censitários juntamente com as empresas de cada localidade e regiões do país. Para a triagem desses alimentos, o critério utilizado foi proporcionar, através da alimentação, o sustento e bem-estar de um trabalhador em idade adulta contendo itens indispensáveis para a obtenção de proteínas, ferro, calorias, cálcio e fósforos necessários. A cesta estabelecida é composta por 13 alimentos que têm as suas quantidades distribuídas de acordo com cada região, como é mostrado na tabela abaixo:

Tabela 1- Alimentos que compõem a cesta básica de acordo com as regiões.

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 L	6,0 L	7,5 L	15,0 L
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr

Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar 3,0	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE ^{2 3}

Consta na lei n° 399 em 30 de abril de 1938, mais especificamente dentro do Art. 6° que: “O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a, b, c, d e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.” ⁴

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente um levantamento sobre o valor do salário mínimo que seria suficiente para satisfazer as necessidades de um trabalhador e sua família, contando com 2 adultos e 2 crianças. Nessa pesquisa, é levado em consideração que o salário mínimo seja capaz de proporcionar acesso a moradia, alimentação, lazer, higiene, educação, previdência, vestuário e transporte, como é previsto na lei em que foi estabelecida a fixação do salário mínimo, em 1936.

Na pesquisa realizada no mês de junho de 2021, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 5.421,84 quando o valor nominal, que é o valor vigente no momento do salário mínimo pago aos trabalhadores, foi de R\$ 1.100,00. Enquanto o valor da cesta básica, nesse mesmo mês, atingiu os seus maiores valores nas capitais de Florianópolis (R\$ 645,38), seguida pelas de Porto Alegre (R\$ 642,31), São Paulo (R\$ 626,76), Rio de Janeiro (R\$ 619,24) e Curitiba (R\$ 618,57). (DIEESE, 2021). Isso nos mostra que o trabalhador não recebe um valor que proporcione o custeio das suas necessidades básicas como é previsto por lei.

Para melhor visualização do aumento do valor da cesta básica durante a pandemia foi feita esta tabela que está logo abaixo constando o mês de julho, que se refere ao mês de junho,

² **Região 1** - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal. **Região 2** - Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão. **Região 3** - Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. **Nacional** - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

³ Fonte: DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>.

⁴<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>

dos anos de 2019, 2020, 2021. Todas as informações foram coletadas das pesquisas mensais realizadas pelo DIEESE.

Tabela 2 – Comparativo do valor da cesta básica, salário mínimo nominal e salário mínimo necessário.

ANO	Valor da cesta básica em julho	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2019	R\$ 501,68	R\$ 998	R\$ 4.214,62
2020	R\$ 547,03	R\$ 1.045	R\$ 4.595,60
2021	R\$ 626,76	R\$ 1.100	R\$ 5.518,79

Do mesmo modo é interessante comparar o preço da cesta básica com os valores do programa Bolsa Família e Auxílio emergencial que, diante de um cenário pandêmico, acabou sendo a única fonte de renda de muitas famílias no Brasil, principalmente com o desemprego em massa, falência de empresas devido à baixa procura de consumo e as medidas de isolamento social. O auxílio emergencial passou a existir como forma de amenizar os impactos causados pela pandemia, enquanto o Bolsa Família, já existente há 18 anos, foi extinto em novembro de 2021 com a proposta da criação de um “novo” programa: o auxílio Brasil.

Resgatando brevemente o contexto histórico do programa, o Bolsa Família foi um programa federal criado em outubro de 2003 no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que unificou e ampliou o valor dos programas sociais do governo anterior do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Criou a proposta de ser uma política pública nacional de transferência de renda direta de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza, associando uma renda complementar e acesso a direitos sociais, como saúde e educação. O responsável pela gestão desse programa era o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo descentralizado tendo a União, o estado e os municípios com atribuições para a sua execução.⁵

Possuem direito ao benefício; Famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa, tendo elas filhos ou não; Famílias em situação de pobreza, ou seja, com renda mensal por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 e que tenham crianças e adolescentes com idade entre zero a 16 anos incompletos, gestantes ou nutrizes (mães

⁵ Ministério da Cidadania: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia>

que estão amamentando); Famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 170,00, que apresentem em sua composição adolescentes de 16 e 17 anos⁶. O Programa sempre gerou controvérsias entre algumas camadas de classe mais ricas da sociedade e passou por mudanças e fiscalização nos governos recentes.

Em 2020, como forma de tentar conter e amenizar os impactos causados pela pandemia, o auxílio emergencial foi criado a partir da aprovação do Congresso Nacional e depois implementado pelo governo Federal passando a vigorar no país no dia 2 de abril de 2020, pela lei nº 13.982, após o reconhecimento de calamidade de saúde pública causada pela covid- 19, em março deste mesmo ano. O novo benefício era destinado a até dois membros da mesma família, maiores de 18 anos, trabalhadores por conta própria que pagam contribuição individual à Previdência Social, microempreendedor individual (MEI); trabalhador intermitente, como garçons e serventes de obra, ou informal, como ambulantes, inscritos no CadÚnico; desempregados; autônomos em geral e pessoas fora da força de trabalho, como beneficiários do Bolsa Família. As mulheres provedoras de família monoparental (mães solteiras) teriam direito ao dobro da cota original (R\$ 1,2 mil)⁷. A princípio, até agosto de 2020, o valor pago era de R\$ 600,00 após essa data, foi reajustado para R\$ 300,00.

Em 2021, após a extinção do bolsa família, o governo do atual presidente Jair Bolsonaro lança o programa Auxílio Brasil, que é um programa de transferência direta e indireta de renda gerido pelo Ministério da Cidadania que vem com a proposta de atender a população em situação de pobreza e extrema pobreza. Ou seja, mesmo objetivo e mesmo público do Bolsa Família, mas com outro nome e com algumas mudanças não tão favoráveis, que não serão exploradas aqui no momento. Podem participar do programa as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, famílias que tenham em sua composição, gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças, adolescentes e jovens entre 0 e 21 anos incompletos. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais). As famílias pobres são aquelas que têm renda familiar per capita de R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) a R\$ 210 (duzentos reais).⁸

⁶ <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/infraestrutura-saneamento-mobilidade/desenvolvimento-social/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>

⁷ Fonte: Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/30/aprovado-pelo-congresso-auxilio-emergencial-deu-dignidade-a-cidadaos-durante-a-pandemia>

⁸ Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#quem-direito>

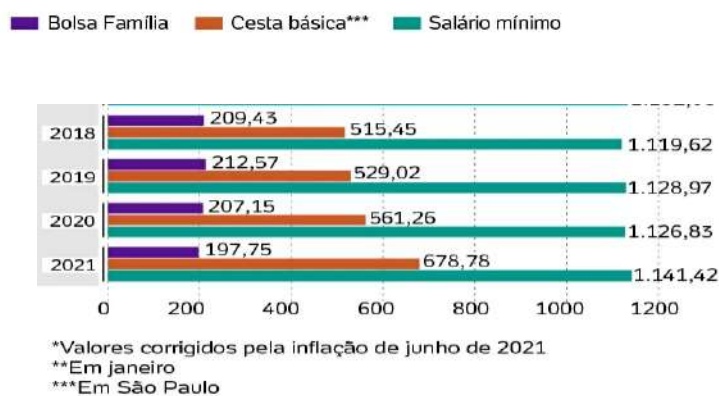
Tabela 3 – Comparativo do valor da cesta básica, do bolsa família e do auxílio emergencial.

ANO	Cesta básica (julho)	Bolsa Família	Auxílio Emergencial
2020	R\$ 547,03	R\$ 207, 15	R\$ 600 a 1200
2021	R\$ 626,76	R\$ 197, 75	R\$ 600 a 1200

Na tabela acima foi feito um comparativo de apenas um ano, a fim de provocar uma reflexão sobre a falta de ação e comprometimento por parte do governo federal. Podemos ver que no ano de 2020, no mês de julho, o valor da cesta básica chegou ao valor de R\$ 547,03 enquanto o valor do bolsa família chegou a 207,75 e do auxílio emergencial variou de R\$ 600 a R\$ 1200, dependendo da composição familiar. Um ano depois, no mesmo mês, a cesta básica teve um aumento de pouco menos de R\$100, mas os outros benefícios não acompanharam essa mudança. Isso nos mostra a ineficiência de se ter um acesso digno a alimentação com o valor ofertado por tais benefícios, enquanto o valor dos alimentos considerados básicos está acima do valor da renda familiar de muitos brasileiros. Além disso, em 2021 o valor da bolsa família teve uma queda de quase dez reais, o que significa muito.

Figura 1

Valores de Bolsa Família, cesta básica e salário mínimo ao longo do tempo (R\$)*



No gráfico acima podemos visualizar melhor as alterações de valores nos últimos anos do bolsa família em roxo, da cesta básica em laranja e do salário mínimo em verde. Observa-se

que, infelizmente, o que mais se “valorizou” nesses últimos quatro anos foi o valor da cesta básica que em 2018 custava R\$ 515,45 passando para R\$ 678,78 em 2021. Enquanto isso, o valor do programa bolsa família teve uma queda considerável e o salário mínimo não acompanhou o aumento do valor dos alimentos, tendo um acréscimo de pouco mais de 21 reais em quatro anos. O poder de compra do brasileiro teve uma queda preocupante nesses últimos anos, o aumento irrisório do salário mínimo não compensou em nada, principalmente tendo em vista o cenário vivido.

1.2 Ilustração com o preço de alguns alimentos principais da dieta alimentar da população brasileira.

Agora, vamos ilustrar por meio da pesquisa empírica a alta dos preços dos alimentos básicos no Brasil durante a pandemia. Vamos apresentar uma sistematização nas tabulações abaixo contendo título, fonte da informação e o link. Depois faremos uma síntese com as principais questões a serem destacadas.

Tabela 4: preço do arroz e do feijão

Título	Local/fonte Data	Link
Peso no seu bolso é real: pesquisa mostra que o preço do arroz mais do que dobrou em um ano	UOL 02/08/2021	https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/peso-no-seu-bolso-e-real-pesquisa-mostra-que-preco-do-arroz-mais-do-que-dobrou-em-um-ano
Por que o arroz está tão caro? Saiba os motivos da alta do preço da cesta básica.	CNN Brasil 08/09/2020	https://www.cnnbrasil.com.br/business/por-que-o-arroz-esta-tao-carro-saiba-os-motivos-da-alta-do-preco-da-cesta-basica/
Arroz chega a custar R\$40, e setor diz que preço deve continuar em alta	UOL 08/09/2020	https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/08/preco-do-arroz-dispara.htm
“Acha que o supermercado subiu muito mais que a inflação na pandemia? É verdade”	CNN Brasil 11/03/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/acha-que-o-supermercado-subiu-muito-mais-que-a-inflacao-na-pandemia-e-verdade/

Alta no arroz traz de volta a inflação à mesa do brasileiro e põe bode na sala do governo Bolsonaro	El país 10/09/2020	https://brasil.elpais.com/economia/2020-09-10/inflacao-da-cesta-basica-corroi-bolso-dos-mais-pobres-e-deixa-bolsonaro-em-alerta.html
“Arroz e o feijão: Arroz e feijão sobem 60% em um ano de pandemia e prato feito fica 23% mais caro, diz FGV.”	CNN Brasil 28/04/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/28/arroz-e-feijao-sobem-60-em-um-ano-e-prato-feito-fica-23-mais-carro-diz-fgv
Inflação e desemprego afetam até o básico feijão com arroz na pandemia	Folha de São Paulo 24/07/2021	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/inflacao-e-desemprego-afetam-ate-o-basico-feijao-com-arroz-na-pandemia.shtml

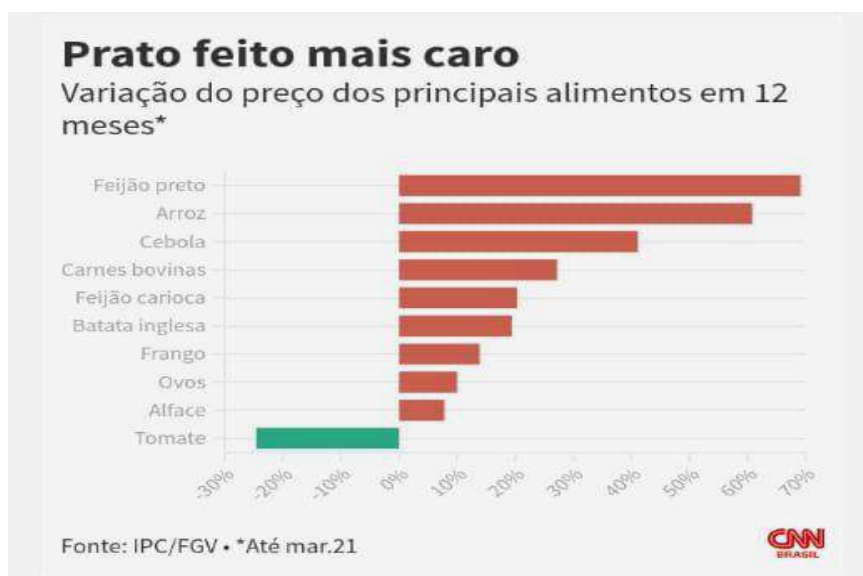
Acima está uma tabela contendo reportagens que abordam como tema principal o aumento do preço de dois alimentos: o arroz e o feijão. Segundo as últimas pesquisas realizadas pelo IBGE sobre consumo alimentar, foi indicado que o arroz e o feijão são os alimentos mais consumidos pela população brasileira. Entretanto, já nos primeiros meses de pandemia, esses dois alimentos sofreram um aumento brusco impactando a vida de muitos brasileiros. A escolha dessas reportagens como fonte de pesquisa possibilitou fazer uma análise das variações de preços com base em informações atualizadas e precisas sobre o aumento desses alimentos nesse momento de pandemia.

Assim como mostra a notícia acima, publicada em 28 de abril de 2021, no jornal CNN Brasil, em um ano de pandemia o preço do arroz e do feijão pesou 60% a mais no bolso dos brasileiros. Um saco de arroz com 5 quilos que em 2019 era encontrado facilmente nos supermercados no valor de R\$15, em 2020 chegou a custar R\$40 em algumas cidades do país. Segundo um estudo realizado pelo IBPT (Instituto de Planejamento e Tributação) o arroz teve um aumento de 122,97% em 12 meses.

Em um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre março de 2020 e março de 2021, o valor do prato feito ficou 23% mais caro, dentre os alimentos que foram selecionados para a realização desse cálculo, estão o arroz e o feijão preto que tiveram o maior crescimento, atingindo um aumento de 61% e 69%, respectivamente. As carnes bovinas tiveram um aumento de 27,3% e o frango 13,9%. Esse cálculo foi feito através das variações dos dez

alimentos que compõem o prato feito, esses dados foram obtidos pelo Índice de Preço pelo Consumidor (IPC).

Figura 2



Fonte: CNN

Como mostra a imagem acima, dentre os dez alimentos que foram selecionados por fazerem parte do prato feito tradicional do brasileiro, o tomate foi o único que não apresentou aumento e sim queda no período analisado. Enquanto isso, os outros alimentos sofreram instabilidades nos seus preços, como no caso da cebola tendo variação de 41,1%, as carnes bovinas com 27,2%, o feijão carioca com 20,3%, a batata inglesa com 19,4%, a carne de frango com 13,9%, os ovos 10% e o alface 7,8%.

Segundo a reportagem publicada pela Folha de São Paulo no dia 24 de julho de 2021, em consequência do aumento do preço desses alimentos associado ao desemprego em massa, a alternativa encontrada por muitos brasileiros foi a substituição de alguns alimentos. O óleo foi substituído pela banha de porco, o feijão pela lentilha e a carne, pelo ovo. Nos supermercados, o arroz quebrado e o feijão meia banda, que é o grão de feijão quebrado pela metade, foram algumas das opções mais em conta achadas. O feijão meia banda é encontrado a menos de R\$ 5,00 o quilo, enquanto o feijão convencional chegava a R\$ 7,00.

Tabela 5: O preço da Carne bovina

Título	Local/ fonte/data	Link

“Consumo de carne no Brasil cai ao menor nível em 25 anos com disparada de preços”	CNN 21/05/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/consumo-de-carne-no-brasil-cai-ao-menor-nivel-em-25-anos-com-disparada-de-precos/
Alta de até 17%: preços de carne e ovos vão bater de novo inflação em 2021.	Exame 16/07/2021	https://exame.com/economia/alta-de-ate-17-precos-de-carne-e-ovos-vaao-bater-de-novo-inflacao-em-2021/
Preço da carne está nas alturas: consumo interno impacta as ações do setor?	UOL 13/04/2021	https://6minutos.uol.com.br/minhas-financas/preco-da-carne-esta-nas-alturas-consumo-interno-impacta-as-acoes-do-setor/
‘Osso é vendido e não dado’: alta no preço da carne bovina reduz consumo em Florianópolis	Globo 05/10/2021	https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/05/alta-no-preco-da-carne-bovina-reduz-consumo-em-florianopolis.ghtml
Com aumento do preço da carne, brasileiro come mais ovo que a média global	CNN 02/05/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-aumento-no-preco-da-carne-brasileiro-come-mais-ovo-do-que-a-media-global/
'Caminhão de ossos' no Rio é disputado por população com fome	Folha de São Paulo 29/09/2021	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml
“Morador de periferia recorre até a pé de frango contra fome”	Folha de São Paulo 24/07/2021	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/morador-de-periferia-recorre-ate-a-pe-de-frango-contra-fome.shtml

As reportagens acima condensam informações sobre o aumento do valor da carne bovina e os impactos trazidos para a vida da população brasileira em um ano de pandemia.

Segundo a reportagem da CNN publicada no dia 21/05/2021, o consumo de carnes foi o menor em 25 anos, houve uma queda de 14% do consumo dos brasileiros desde 2019, de acordo com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Atualmente, cada brasileiro consome cerca de 26,4 quilos de carne por ano, sendo essa a menor quantidade desde 1996.

Isso se deu pelo aumento do preço da carne nos açougues e supermercados, associados ao desemprego e perda de renda da população. Em um ano de pandemia, o preço da carne acumulou 38%, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado

pelo IBGE. Os cortes considerados as opções mais acessíveis nos supermercados, o acém e o patinho, tiveram um aumento de 40,61% e 38,95%, respectivamente.

Em contrapartida, como alternativa para substituir a carne bovina, o brasileiro passou a ser o maior consumidor mundial de ovos, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). De 148 unidades de ovos que eram consumidas anualmente por pessoa, em 2020 esse número chegou a 251 unidades. Ademais, no primeiro ano de pandemia, houve uma queda de 7% do consumo da carne, enquanto o consumo de suínos cresceu 5,5%, o de frangos 6,5% e o de ovos 9,1%. Isso se deu pelo custo mais em conta em relação à carne bovina como se vê nas imagens a seguir.

Figura 3: “Osso é vendido e não dado”.



Fonte: G1⁹.

⁹ <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/05/alta-no-preco-da-carne-bovina-reduz-consumo-em-florianopolis.ghtml>>

Figura 4: “Caminhão de ossos no Rio é disputado por população com fome”



Fonte: Folha de São Paulo¹⁰

As fotos acima circularam bastante nas redes sociais chocando muitos brasileiros, elas são um reflexo dos impactos gerados pela pandemia e pelo governo atual: o aumento da fome. A primeira foto foi tirada em Florianópolis, em um açougue que, segundo o proprietário, durante o primeiro ano da pandemia relatou que as vendas de carne caíram 50%, porém, em compensação a procura por ossos passou a aumentar. Segundo Ari dos Santos, os ossos sempre foram vendidos no açougue, mas no último ano, a procura aumentou.

A segunda foto foi tirada no bairro da Glória que fica localizado na zona sul do Rio de Janeiro no dia 29 de setembro de 2021. Um caminhão que continha ossos e sobras de carne ficou a disposição para que pessoas em situação de fome e que não tinham condições de comprar alimentos pudessem pegar. Essa mesma cena também foi vista em Cuiabá (MT), onde

¹⁰ <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/caminhao-de-ossos-no-rio-e-disputado-por-populacao-com-fome.shtml>>

ocorreram filas de pessoas à espera de doação de ossos e sobras de carne. Essa foi uma alternativa encontrada por muitas famílias para tentar driblar a fome.

Tabela 6 - O preço do botijão de gás.

Título	Fonte Local/ Data	Link
“Gás de cozinha sobe mais que o dobro da inflação em 2020”	Agência Brasil 12/01/2021	https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/gas-de-cozinha-sobe-mais-que-o-dobro-da-inflacao-em-2020
“Com alta escalonada do preço do gás, produto vira “artigo de luxo” no país”	Brasil de fato 11/01/2021	https://www.brasildefato.com.br/2021/01/11/com-alta-escalonada-do-preco-do-gas-produto-vira-artigo-de-luxo-no-pais
“Gás de cozinha já subiu quase cinco vezes mais que inflação em um ano”	CNN 13/06/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/gas-de-cozinha-ja-subiu-quase-cinco-vezes-mais-que-a-inflacao-em-um-ano/
“Botijão de 13 kg sobe antes mesmo de valer ajuste da Petrobrás e chega a R\$ 125”	CNN 14/06/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/glp-sobe-antes-do-ajuste-da-petrobras-e-volta-a-custar-ate-r-125-o-botijao-13-kg/
“Entenda o aumento do preço do gás que já passa de R\$100 em alguns locais.”	CNN 20/08/2021	https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-aumento-do-preco-do-gas-que-ja-passa-de-r-100-em-alguns-locais/
“Distribuidoras elevam preço do botijão de gás em 7% para o consumidor”	UOL 01/09/2021	https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/09/01/distribuidoras-elevam-preco-do-botijao-de-gas-em-7-para-o-consumidor.htm

O gás de cozinha, item indispensável e essencial para o preparo dos alimentos, já nos primeiros meses da crise sanitária causada pela covid 19, pesou muito no bolso de alguns

brasileiros. Principalmente para as famílias mais pobres que foram as mais afetadas pelos constantes reajustes e aumentos de valores desse produto em um ano de pandemia.

Segundo a reportagem feita pelo Brasil de Fato no dia 11/01/2021, foi realizada uma entrevista com a dona de casa Marilene Lopes, moradora do Distrito Federal, demitida do seu emprego na lanchonete onde trabalhava, como forma de contornar a situação e ter alguma fonte de renda, Marilene decidiu fazer salgadinhos para vender. Entretanto, somente em 2020, o botijão de gás teve cerca de dez reajustes no Distrito Federal gerando prejuízos para quem trabalha com a cozinha, pois o valor do produto final acaba sofrendo alteração. A reportagem informa que em 2020 o preço do botijão de gás subiu 8,3%, segundo o Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), ficando duas vezes mais alto que o valor da inflação projetada para 2020, que chegou a 4,23%.

O Jornal Agência Brasil publicou uma matéria no dia 12/01/2021 também informando sobre o valor do botijão ultrapassar o da inflação, o valor do produto que, no final de 2019 custava em média R\$ 69, em 2020 passou a variar de R\$ 59,99 a R\$ 105, tendo preço médio de R\$ 75,04.

Outra situação simbólica e infeliz que retrata bem o retrocesso que o governo vigente tem trazido à população mais pobre é a busca por alternativas de cozinhar os alimentos sem o uso do gás de cozinha, já que é um item que está a cada dia mais inacessível. Com o aumento frequente do valor do gás, muitos brasileiros fizeram a substituição por outros produtos extremamente inflamáveis, correndo riscos de grandes tragédias.

Segundo a reportagem divulgada no dia 28/09/2021 pelo G1, Geisa, de 32 anos, moradora de Osasco, teve 90% do seu corpo queimado após cozinhar utilizando álcool combustível, acabou não resistindo e faleceu. Seu filho de apenas 8 meses, teve 18% do corpo queimado sobrevivendo ao acontecimento. De acordo com a notícia, os agentes encontraram dois tijolos e uma grelha em cima do fogão, indicando que ela estava tentando cozinhar usando outros produtos de combustão. Geise, segundo sua vizinha, dona do imóvel alugado pela vítima, estava desempregada e sustentava a casa com uma renda mensal de R\$ 375 que recebia do bolsa família e com a venda de perfumes.

1.3. O papel da Companhia Nacional de Abastecimento CONAB

Em meio a crise sanitária causada pela doença covid- 19, situação pela qual a vida de toda população brasileira foi gravemente afetada, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que teria um importante papel para o nosso país, principalmente, em momentos delicados como este, não teve papel de destaque devido a política agrícola adotada pelo governo. O resultado de uma série de medidas que a empresa vem sofrendo devido a priorização dos recursos para a produção de *commodities* e impulsionar o agronegócio em detrimento de fomentar a produção da agricultura familiar e, conseqüentemente, aumentar o estoque interno do país. A propósito, é notório como este governo não tem compromisso em proteger a população brasileira pobre e de baixa renda, a pandemia veio a agravar o cenário que já estava posto.

A Conab é uma empresa pública brasileira vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi criada por meio da lei n. ° 8.029, de 12 de abril de 1990¹¹ passando a existir através da união de três empresas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), começando suas atividades em janeiro de 1991. A empresa fica localizada em Brasília e está presente em todas as regiões do Brasil. Seu objetivo é oferecer ao Governo Federal informações que são obtidas através de estudos e pesquisas sobre a produção agropecuária nacional, garantindo um embasamento ao governo na tomada de decisões frente à elaboração de políticas voltadas à agricultura. Além disso, tem como atribuição fazer o estoque nacional de alimentos para a população para que em situações de emergência, como escassez de certos alimentos, os preços consigam se manter estáveis.

Conforme informações coletadas diretamente do site da CONAB, a empresa é responsável pela execução de um conjunto de iniciativas que visam à contribuição para a suplementação alimentar às famílias e comunidades socialmente vulneráveis, bem como apoiar atividades econômicas de pequeno porte, relacionadas ao abastecimento alimentar. Em todas essas atividades, são doados ou vendidos alimentos que compõem os estoques públicos, formados através do PAA e da PGPM. (CONAB, 2017).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no governo do ex-presidente Lula, veio como desdobramento da estratégia do programa Fome Zero que o governo buscava alcançar com a proposta de diminuição da fome

¹¹ Mais informações: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8029cons.htm

e aumento da segurança alimentar no país. O PAA é um programa que tem como objetivo promover o acesso da população à alimentação e incentivar a agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais. Para atingir esses objetivos, o programa compra diretamente os produtos produzidos pela agricultura familiar, com a finalidade de sustentar os preços e garantir assim uma renda para o agricultor, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e a equipamentos públicos como escolas, redes socioassistenciais, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Enquanto a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma política que garante, a partir de um conjunto de políticas de renda agrícolas, que o produtor não sinta os impactos das oscilações dos preços dos produtos agrícolas, assegurando uma renda mínima.

Entretanto, em um momento de crise, no qual a empresa tem um importante papel de proteger a população da escassez de alimentos e do aumento do preço destes a partir dos estoques públicos, vimos que a CONAB continuou sendo alvo de um desmonte progressivo por parte do atual governo. A empresa vem sofrendo com o desmonte desde 2016, que teve início no governo do ex-presidente Temer e atualmente pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Em 2019, 27 das 92¹² unidades de armazenamento foram fechadas ou colocadas à venda, impactando não apenas os pequenos agricultores como toda a população brasileira, já que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros vem da agricultura familiar.

Como consta no artigo 3 da lei agrícola 8.171 de janeiro de 1991:

“São objetivos da política agrícola: I - na forma como dispõe o art. 174 da Constituição, o Estado exercerá função de planejamento, que será determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, destinado a promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;”¹³

É questão de segurança nacional estabelecida por lei ter um estoque interno regulador que supra a necessidade da população, sobretudo em momentos difíceis. Porém, o que se observa é que o compromisso do governo tem se destinado a ampliar a produção de commodities favorecendo o agronegócio e a exportação para outros países, priorizando o mercado privado, os grandes produtores, em detrimento da segurança alimentar e nutricional da população.

¹² <https://ojoioeotriego.com.br/2019/11/por-que-o-fim-dos-estoques-publicos-de-alimentos-do-brasil-e-um-problema/>

¹³ Lei agrícola 8.171: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm

Conforme publicado no site da Conab, em agosto de 2020, a companhia tinha os seguintes estoques: 21.592 toneladas de arroz, 28 toneladas de farinha de mandioca, zero de estoque de açúcar, 31 toneladas de café e zero de estoque de feijão. Isso nos mostra que com os estoques estratégicos quase zerados o valor final que chega a população acaba ficando a critério de grandes redes atacadistas e varejistas.

CAPÍTULO 2 - A FOME, DILEMA HISTÓRICO NO BRASIL

Neste capítulo, nos dedicamos a falar sobre a fome em sua reflexão teórica e em suas manifestações concretas na vida dos seres humanos. Vamos também abordar sua intensificação no Brasil, nos últimos anos. Acerca do seu impacto físico, mental e social partiremos de fonte fundamental para a elaboração do nosso estudo: as riquíssimas contribuições deixadas por Josué de Castro¹⁴, que de forma tão empenhada, dedicou boa parte de sua vida estudando e se comprometendo em empreender ações para mudar o cenário da fome no século passado e deixar contribuições tão válidas que nos ajudam a compreender esse fenômeno atualmente.

Josué fala sobre a fome ainda no século 20, momento em que esse tema era pouco estudado, contendo pouca bibliografia mundial que falasse sobre esse assunto, já que a fome era vista de forma estigmatizada e tratada como um tabu pela sociedade da época. Após longos estudos e experiências pessoais, Josué conclui que ela é produto da desigualdade social e consequência de um sistema econômico e político defeituosos. Além disso, o geógrafo dimensiona outros temas atrelados ao assunto, como a reforma agrária e a questão ecológica.

No segundo momento, iremos nos debruçar em falar sobre a fome em um momento diferente do analisado por Josué, já em um momento em que a fome não se dá mais pela escassez de alimentos e recursos, e sim por opção do mercado que vê a comida como mercadoria. A situação que temos atualmente não é causada pela falta de recursos para produzir e alimentar a população mundial, pelo contrário, produzimos alimentos em demasia, porém, o acesso a eles é limitado e já tem um caminho pré-estabelecido pelos grandes conglomerados do agronegócio.

2.1 Josué de Castro: entendendo o fenômeno social da fome

¹⁴ Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife no dia 5 de setembro de 1908. Formou-se em Medicina aos 21 anos. Atuou também como nutrólogo, cientista, político, professor e escritor. Foi um grande ativista contra a fome no Brasil e no Mundo. Suas obras foram um marco no processo de compreensão da fome. Morreu no exílio perseguido pela ditadura militar de 1964.

Josué, nascido no Nordeste, mais especificamente em Recife, não vivenciou, mas presenciou desde pequeno o desespero da fome. Como apresenta no prefácio abaixo do seu livro *'Homens e Caranguejo'*, o autor não precisou ir longe para descobrir a fome, ela se apresentou de forma espontânea aos seus olhos ao observar a angústia e agonia vividos pela população ao seu redor nos mangues e nos longos períodos de secas.

(...) Procuo mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. [...] Foi com essas sombrias imagens do manguê e da lama que comecei a criar o mundo de minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome (CASTRO, 2001, p. 23)

Foi assim, portanto, que Josué se propôs a não só desmistificar a visão que se tinha sobre a fome na sociedade do século XX e aprofundar, ao mesmo tempo em que produzia, quais eram os determinantes desse fenômeno, mas também estudar a realidade brasileira e a fome com o objetivo de torná-la um assunto de política pública. Além disso, apresentou a fome como força social devido ao impacto que ela pode causar no comportamento do ser humano.

Escreveu duas obras importantes, *Geografia da fome* em 1946, que se dedicava a estudar a fome no Brasil e *Geopolítica da fome*, para compreender a fome em um contexto mundial. Seus estudos o fizeram chegar a tais conclusões: “Fome como resultado da exploração econômica; fome como produto da dominação política, fome como consequência da injustiça, fome como dependência, fome física, fome espiritual, fome como alienação. Fome como sede de lutar.” (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p. 12). A partir disso, Josué dá um estatuto político e científico para o problema da fome, apontando causas e soluções, partindo da ideia de que era necessário dar condições para os países em desenvolvimento produzirem os seus próprios alimentos e assim reduzir ou solucionar o problema.

Para Josué, existem dois tipos de fome, a fome epidêmica, compreendida como fome total, que é a verdadeira inanição, quando o sujeito está no nível mais grave, não tem acesso a nenhum alimento, como em períodos de seca, e a fome endêmica, concebida como fome parcial, causada pela ausência de determinados componentes quando se tem uma dieta pobre nutricionalmente, levando o sujeito a uma morte lenta. Contrariando outros autores que escreveram sobre o tema, o geógrafo afirma que a fome não era algo restrito e isolado de algumas regiões, mas sim um fenômeno global que estava presente até mesmo em países e

zonas cuja economia era considerada avançada e promissora, como os Estados Unidos, que, considerado como a terra prometida, inúmeras pessoas morriam de fome.

Como forma de aprofundar suas análises, Josué apresenta através de um estudo realizado dentro de um laboratório na Universidade de Minnesota, tendo como objetivo na realização deste estudo identificar quais eram os sintomas físicos causados pela fome. Para isso, contaram com a participação de voluntários que foram submetidos por seis meses a um regime de semi inanição. Os resultados observados após o experimento feito na Europa sobre as consequências físicas da fome foram sintomas já conhecidos e observados pelo médico em regiões de fome na América Latina, tais como: diminuição ou parada de crescimento, perda de peso, perda de forças, anemia etc. (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p. 156)

Para identificar as consequências da fome no comportamento humano, Josué se debruçou em explorar e trazer observações pessoais em zonas de fome epidêmica no Brasil, regiões do Nordeste das quais são afetadas pelas secas periódicas, acarretando fome aguda e desorganizando a economia local. Trazendo as observações de forma mais detalhada, decidimos citar este pequeno trecho:

A ação da fome, no homem, não se manifesta como uma sensação contínua, mas como um fenômeno intermitente, com acessos e melhoras periódicas. No começo, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que se animam num elã de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos e, portanto, satisfazer o instinto mortificado da fome. Entre os sentidos, os que sofrem o máximo de excitação são os da visão e do olfato, os que podem melhor orientar na procura de alimento. Neste momento, o homem se apresenta, mais do que nunca, como um verdadeiro animal de rapina, obstinado na procura de uma presa qualquer para acalmar sua fome. É nessas ocasiões que surgem, nessa região do Brasil, seus famosos bandidos. Nesta fase desaparecem todos os outros desejos e interesses vitais, e o pensamento se concentra exclusivamente nas possibilidades de encontrar alimento, não importa por que meio nem com que riscos. É a obsessão do espírito polarizado para um único desejo, concentrado em uma única aspiração: comer. A esse período de exaltação se segue um período de apatia, de depressão, de náusea e de extrema dificuldade de concentração. (FERNANDES e GONÇALVES, 2007, p. 157)

Josué explica que a partir desses impactos psicológicos causados pela fome em regiões que tem a presença da fome epidêmica, no caso de sua análise se restringiu a usar as secas de algumas partes do Nordeste, emergem dois tipos característicos da vida social no Brasil: o cangaceiro e os místicos fanáticos. Os dois são uma expressão do instinto da fome falando mais alto que as regras sociais. Além disso, aponta como regiões que têm a presença da fome acaba tendo o seu progresso econômico e social afetado, pois o grupo de pessoas que vive em situação

de fome constante ou que não têm acesso a uma alimentação balanceada que supra as necessidades nutricionais de forma adequada, perde a sua capacidade criadora. Isso se dá porque a fome, tanto epidêmica quanto endêmica, impedem que essas pessoas tenham energia suficiente para se concentrar, estudar, criar, trabalhar e produzir. Ademais, essas pessoas acabam ficando mais suscetíveis a parecerem de alguma doença ligada à fome e à pobreza, já que não possuem um organismo resistente.

Atualmente, diferente do contexto em que Josué de Castro explica o fenômeno da fome, causado também pela escassez de recursos que conseqüentemente gerava um problema na produção de alimentos, nos dias de hoje, temos um cenário de superprodução de alimentos capaz de acabar com a fome do mundo. Conforme citado no livro *O negócio da fome: A produção mundial de cereais triplicou desde os anos de 1960, enquanto a população mundial apenas duplicou desde então.* (ESTEVE, 2017, *apud* GRAIN, 2008). A fome, diferente do que nos impõem, não é causada somente pela crise, guerra, seca, e, no caso atual, pela pandemia, a existência da fome é uma decisão política e econômica e que no Brasil, mais especificamente, se dá desde a construção histórica e socioeconômica do país.

O Brasil sempre foi um país desigual, a existência da escravidão, dos senhores feudais, de pessoas que trabalhavam sem receber, de pessoas que morriam de fome, sempre foi uma realidade da sociedade brasileira, entretanto, tudo era visto como algo normal e natural. Com os estudos de Josué, essa ideia cai por terra. Conclui-se que o problema da fome não era algo simplesmente natural, está ligado diretamente ao sistema escravocrata e à propriedade de terra no Brasil. A primeira lei de terras criada no Brasil no ano de 1850 foi para que os escravos e pessoas pobres não tivessem acesso às terras, sendo assim, o Estado era dono das terras e a única maneira possível de adquiri-las era através da compra.

Mais para frente, com o golpe militar de 1964, a agricultura passou por um processo de modernização técnica, mas sem mudar a estrutura agrária, originando uma modernização conservadora, chamada Revolução Verde. Esse processo aumentou a produção de alimentos, devido ao uso de máquinas e introdução de fertilizantes e avanços da genética. A revolução verde foi a confirmação do modelo agroexportador implantado pela colônia portuguesa no Brasil, primeiro com a monocultura da cana e depois do café, que tem como objetivo gerar recursos para a exportação.¹⁵

¹⁵ Este trecho foi inspirado no filme e documentário 'Histórias da fome no Brasil' que aborda de forma rica e detalhada a fome no Brasil originada desde o período colonial. Link do filme: <https://www.youtube.com/watch?v=k-dnlpn1erQ>

Os alimentos se tornaram mercadorias bem lucrativas e perderam as suas principais funções, que são alimentar e nutrir o ser humano. Os países perderam terras ou simplesmente substituíram a produção local, a capacidade de se auto abastecerem, de possuírem soberania alimentar, por transnacionais da agroindústria que acabam competindo com os produtores locais que, obviamente, saem perdendo. Segundo Esteve, a fome, nos tempos atuais, não é causada por um problema na produção de alimentos e sim por um acesso não democrático a eles.

A especulação de alimentos é um fator que nos mostra como o mercado transforma algo que é necessidade básica de qualquer ser humano para benefício próprio visando sempre o lucro. A especulação acontece quando são realizadas vendas e compras de matérias-primas como o arroz, o trigo, a soja, o milho e etc., fazendo com que os preços subam em detrimento do benefício de investimento de grandes empresas como bancos, companhias de seguros e fundos de investimentos.

A crise de alimentos, em geral, e a fome no Chife da África, em particular, são os resultados da globalização alimentar e serviço de interesses privados. A cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos está nas mãos de algumas transnacionais que colocam os interesses acima das necessidades coletivas. (ESTEVE, 2017, p. 26).

A realidade mundial do Sistema Alimentar é uma enorme concentração da indústria de alimentos e de bebidas e complexos agroindustriais nas mãos de poucas empresas que monopolizam e ditam o que é mais vantajoso economicamente produzir. Empresas essas que se apropriam de grandes pedaços de terras e as destinam para a criação de gados e produção de matérias-primas. Essas últimas também chamadas de commodities, termo usado para denominar alimentos de baixo custo que são produzidos em grande quantidade com destino para o comércio exterior, como o milho, o trigo e a soja, que servem como base para a produção de outros alimentos, como por exemplo os ultra processados. O resultado disso tudo são as consequências graves para a saúde da população mundial e para o meio ambiente, já que é um sistema que faz uso de venenos para aumentar a produção, provoca desmatamentos e acaba com a diversidade alimentar, a partir do momento em que monopolizam a produção de determinados alimentos associado a expulsão de agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais que se dedicam a produzir comida de verdade.

A destinação de terras para a produção voltada para o mercado externo, em detrimento da produção de alimentos diversificados e que fazem parte da cultura alimentar brasileira, é uma perigosa tendência. Entre 2000 e 2013, a área total dedicada ao cultivo de grãos cresceu 50,8%, e a de soja, 116%. Por outro lado, no mesmo período, a quantidade de terra alocada para o plantio de feijão, o alimento mais básico da dieta brasileira, diminuiu 13,2%. (ESTEVE, 2017, *apud* FLEXOR, 2019).

O trecho acima nos ajuda a entender o porquê do agronegócio em um momento delicado como o vivenciado durante a pandemia, teve retornos positivos enquanto uma enorme parcela da população estava em situação de fome ou longe de garantir a segurança alimentar. A produção de alimentos dos grandes conglomerados do agronegócio no Brasil se destinam para a exportação e, com a valorização do dólar e do aumento de importação de alguns países como, por exemplo, a China, fez com que seus lucros aumentassem em uma situação de calamidade social. Associado a isso, o agronegócio recebe grande apoio por parte do governo, enquanto a agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, vem sofrendo com total descaso e medidas que prejudicam o trabalho desses produtores e o abastecimento interno brasileiro.

(...) a produção da agricultura familiar, responsável pela oferta interna de alimentos, sofreu sérios reveses no período, sobretudo porque algumas das principais políticas que sustentavam a criação agropecuária desse setor – caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – já estavam enfraquecidas antes mesmo da pandemia se instalar. Em 2019, o programa executou apenas 41,3 milhões de reais, que resultaram na compra de 14 mil toneladas de alimentos produzidos por aproximadamente 6 mil agricultores familiares. No ano de maior execução do programa (2012), o valor executado chegou a 587 milhões de reais, beneficiando 128.804 famílias. (FIAN, 2021, p.21)

Do outro lado do cenário da fome, vemos pessoas obesas que se alimentam mal e em excesso. Como consequência de um sistema alimentar defeituoso que funciona de acordo com interesses de grandes transnacionais, temos a fome e a obesidade. Além disso, milhões de pessoas que estão com deficiência nutricional devido a uma alimentação de baixa qualidade. Esse sistema produz um menu cada vez mais globalizado, pois em diferentes países no mundo está sendo imposto um tipo único de alimentação, uma “dieta global”, com comidas cada vez mais semelhantes. “Estão nos impondo uma alimentação ocidentalizada, “viciada” no consumo de carne, em produtos lácteos e bebidas com açúcar. São os mercados alimentares com claros interesses comerciais.” (ESTEVE, 2017, p. 44)

O problema alimentar não é apenas se podemos ou não comer, mas como nós comemos, de que qualidade e origem, e como foi preparado. Não se trata apenas de comer, mas, sim, de comer bem. Um problema que não afeta exclusivamente os países do Sul, mas que está cada vez mais perto de nós. Aqueles com menos recursos econômicos são os com maior dificuldade de acesso a uma alimentação saudável, seja porque não a podem adquirir, seja porque não a valorizam. (ESTEVE, 2017, p. 36-37).

Além dessa alimentação trazer malefícios para a segurança alimentar mundial, aumentando os riscos de complicações para a saúde, como a obesidade, diabetes, problemas

cardíacos, a prioridade dada à produção em maior escala de alimentos que utilizados como matéria-prima para a exportação, faz com que haja uma menor produção de itens para o abastecimento interno e um aumento cada vez maior do preço desses alimentos tão consumidos dentro do país.

Uma das explicações para o fenômeno reside no fato de que as áreas destinadas ao plantio de arroz e feijão vêm sendo reduzidas na última década, com a substituição desses produtos pela soja. De acordo com a Conab, a área plantada com feijão passou de 4.287,4 hectares (ha), de 2003 a 2004, para 2.926,7 ha, de 2019 a 2020; para o arroz, no mesmo período, a área passou de 3.654,4 ha para 1.665,8 ha. (FIAN, 2021)

2.2 Insegurança alimentar e nutricional no Brasil em tempos de pandemia

Este capítulo tem como objetivo discutir um pouco sobre o que é a segurança alimentar e nutricional, apresentar o Direito Humano à Alimentação e a Nutrição adequados (Dhana) e em seguida, apresentar o resultado dos dois inquéritos realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN-, que se propôs a informar e manter atualizados os dados sobre a situação de segurança e insegurança alimentar no Brasil em 2020 e 2022. Buscamos trazer os dados empíricos das pesquisas de suma importância para que tenhamos uma dimensão da insegurança alimentar e da fome existente na realidade brasileira nesses dois anos em que a pandemia se fez presente. Além disso, ter conhecimento dos dados nos ajuda a ter ferramentas para além de entender o problema atual, pressionar o governo para criar formas de enfrentamento no quesito implementação de políticas públicas e recursos a fim de minimizar tais problemáticas.

Com a chegada da covid- 19 no Brasil, doença causada pelo vírus Sars-CoV-2, e o decreto de calamidade pública divulgado em 11 de março de 2020, a vida de boa parte dos brasileiros virou de cabeça para baixo. A covid-19 é uma doença altamente contagiosa que pode levar a óbito, portanto, como alternativa para evitar o contágio entre as pessoas e, conseqüentemente, o aumento dos casos de óbitos e internações, foram tomadas algumas medidas importantes e necessárias divulgadas pela Organização Mundial de Saúde para que se evitasse a propagação e o contágio da doença entre as pessoas. Passaram a se tornar medidas de prevenção o uso de máscaras nas ruas, o álcool em gel, limpeza de todas as superfícies e, principalmente, a que mais afetou as rotinas, a adoção do isolamento social. A partir disso, boa parte do comércio fechou, muitas pessoas passaram a trabalhar em home office, as aulas em

colégios e faculdades foram suspensas e o desemprego acabou aumentando drasticamente, além disso, muitas pessoas que trabalhavam informalmente nas ruas, tiveram suas atividades suspensas. Em outros casos, empresas demitiram um grande número de funcionários como justificativa de contenção de gastos, já que o movimento do comércio não era mais o mesmo e, em outros casos, também causada pelo movimento fraco, muitas empresas faliram.

A população brasileira, que já vivenciava as consequências da crise econômica e política iniciada em 2016, teve que lidar com a situação se agravando aliado às mazelas causadas pela doença de forma isolada. Até maio de 2022 foram contabilizadas 668 mil mortes em decorrência da doença, vivenciamos uma conjuntura de muitos desafios com o desemprego em massa, diminuição dos direitos, aumento da inflação, do preço dos alimentos e da fome associada ao desmonte das políticas sociais. Nestes momentos de crise, é dever do Estado criar medidas que reduzam minimamente os impactos causados pela crise, já que a população é a primeira a sentir as consequências delas. Sendo assim, como alternativa após muita pressão sofrida pela população, o Congresso criou o auxílio emergencial para tentar amenizar os impactos da pandemia que acabaram por alterar totalmente a vida dos brasileiros. Porém, o valor disponibilizado não foi suficiente, já que o poder de compra do brasileiro foi diminuindo conforme coisas essenciais, como a comida, foram aumentando.

Outro fator que acabou agravando os casos de covid 19 no Brasil foi a má gestão pública da pandemia, o desprezo por parte do governo de Jair Bolsonaro que, em diversos momentos, minimizou a gravidade que a doença representava não só no Brasil, mas mundialmente, alegando diversas vezes publicamente ser apenas uma “gripezinha”. A postura tomada foi de negar a ciência e até mesmo fazer um movimento contra a vacinação que, mesmo atualmente, influenciou muitos brasileiros a não se vacinarem e, conseqüentemente, aumentar os casos graves da doença, número de óbitos e o não controle das contaminações. Se a doença que gerou mortes em todo o mundo foi descredibilizada pelo governo, não seria diferente com a situação da fome no país que, segundo as próprias palavras proferidas pelo presidente: “não existe fome no Brasil”.

2.2.1 Dados sobre a segurança e a insegurança alimentar durante a Pandemia

Com todo o cenário que foi apresentado acima, a fome, que sempre foi um problema no Brasil, piorou muito. Todos esses fatores implicaram numa piora da qualidade de vida da população, que em meio a uma crise de saúde, de desemprego em massa, de retirada de direitos,

passou a não ter acesso a qualquer tipo de alimento e a uma alimentação adequada nutricionalmente. Foi pensando nessa situação que a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN- desenvolveu pesquisas para acompanhar essa situação que se complexificou durante a pandemia.

A produção do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do covid-19 realizado em 2020 pela Rede PENSSAN, teve como objetivo acompanhar os níveis de segurança alimentar e insegurança alimentar durante o contexto da pandemia no Brasil, produzindo informações e dados confiáveis e atualizados, a fim de contribuir como embasamento para ações públicas e para organização política da população. Este Inquérito foi realizado em 2.180 domicílios, dos quais 1.662 estão localizados na área urbana e 518 na área rural ¹⁶, nas cinco regiões do país (nordeste, norte, sul, sudeste e centro-oeste), em áreas urbanas e rurais. Foram utilizados formulários para coletar dados como sexo, raça, idade, nível de escolaridade, ocupação, se no período da pandemia perdeu o emprego, informações essas que ajudam a traçar o perfil dessas famílias e ter definido o público mais afetado nesse período.

A insegurança alimentar se apresenta quando não se é possível ter acesso de forma regular e permanente a alimentos, sendo classificada como insegurança alimentar leve quando existe uma incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida, a moderada ocorre quando não há quantidades suficientes de alimentos disponíveis e a grave quando há a privação de alimentos e a presença da fome.¹⁷

Como mostra a tabela abaixo, desenvolvida através da pesquisa que se encontra disponível no site Olhe para a Fome¹⁸, dos 211,7 milhões de brasileiros, 116,8 milhões vivenciam algum grau de insegurança alimentar e 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a forma mais grave de insegurança alimentar, a fome. Analisando a proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar grave comparando com o número de habitantes, a região com maior concentração de pessoas em situação de insegurança alimentar é o Norte e o Nordeste, já que em ambos o número de habitantes que vivenciam a segurança alimentar nestas regiões é bem mais baixo comparado ao resto do país. No caso do Norte, de 15,7 milhões de pessoas, somente 5,8 milhões vivem em segurança alimentar e no Nordeste, de 55,8 milhões, apenas

¹⁶ Olhe para a fome. página 28. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

¹⁷ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

¹⁸ Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2021/>

15,7 milhões vivem em segurança alimentar. Enquanto o Sudeste/Sul, é a região com menor grau de insegurança alimentar.

Figura 5 - Distribuição de moradores, segundo o nível de Segurança/Insegurança alimentar no país, grandes regiões e localização dos domicílios (urbanos e rurais).

Tabela 11. Distribuição total de moradores, segundo o nível de Segurança/Insegurança Alimentar no país, grandes regiões e localização dos domicílios (urbanos e rurais). VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.

Macrorregiões	Número de moradores de domicílios em Segurança e Insegurança Alimentar ¹				
	Total	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar leve	Insegurança Alimentar moderada	Insegurança Alimentar grave
Brasil	211.752.656	94.910.100	73.423.348	24.284.652	19.134.556
Grandes regiões					
Norte	15.784.923	5.821.979	4.893.907	2.219.719	2.849.319
Nordeste	55.830.694	15.708.938	22.944.801	9.491.974	7.684.981
Centro-Oeste	16.512.384	7.716.552	5.715.511	1.934.023	1.146.298
Sudeste/Sul	123.624.655	65.662.631	39.869.129	10.638.937	7.453.958
Zona Residencial					
Urbana	181.242.978	82.709.666	63.347.618	19.725.548	15.460.147
Rural	30.509.678	12.200.434	10.075.730	4.559.105	3.674.409

¹ Fonte: IBGE, Estimativa da população residente no Brasil com data de referência em 1º de julho de 2020. Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de Populações e Indicadores Sociais (COPIS).

Como mostram os gráficos abaixo, apresentando de forma mais detalhada as diferenças existentes entre a área urbana e rural, podemos ter uma melhor dimensão da situação. Analisando as zonas urbanas e rurais de forma unificada em relação ao Brasil inteiro, de cara, não percebemos tantas diferenças entre elas, entretanto, fica mais fácil visualizar tais desigualdades quando analisadas de forma separada por regiões. O Nordeste e o Norte, comparados a todas as outras regiões, apresentam dados preocupantes quanto à enorme presença da insegurança alimentar leve, moderada e grave. Ademais podemos ver como a segurança alimentar é uma condição bem restrita para esses brasileiros, principalmente no Nordeste que apresenta na sua zona rural uma baixa presença de pessoas com segurança alimentar associada a uma alta insegurança alimentar leve e grave e quando analisada a zona urbana, vemos uma condição tão preocupante quanto.

Conforme apresentado no decorrer da pesquisa, algumas questões influenciam e explicam os dados mais preocupantes no Norte e no Nordeste. Nessas regiões, a insegurança hídrica é bem superior comparada a outras regiões do país, o que acaba por gerar uma maior instabilidade a esses brasileiros porque contam com um fornecimento irregular de água ou até mesmo não possuem acesso à água potável para consumo, produção e preparo dos alimentos. No Norte foi observado um maior número de moradores por domicílio, apresentando uma maior aglomeração. Já nas regiões Norte e Sudeste/Sul, a zona urbana apresenta uma maior concentração de insegurança alimentar leve e grave, em comparação a rural.

Figura 6

Figura 4 - Distribuição de Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve e Insegurança Alimentar Moderada/Grave no país segundo a localização dos domicílios nas macrorregiões, por área rural e urbana. VigiSAN Inquérito SA/IA - Covid-19, Brasil, 2020.

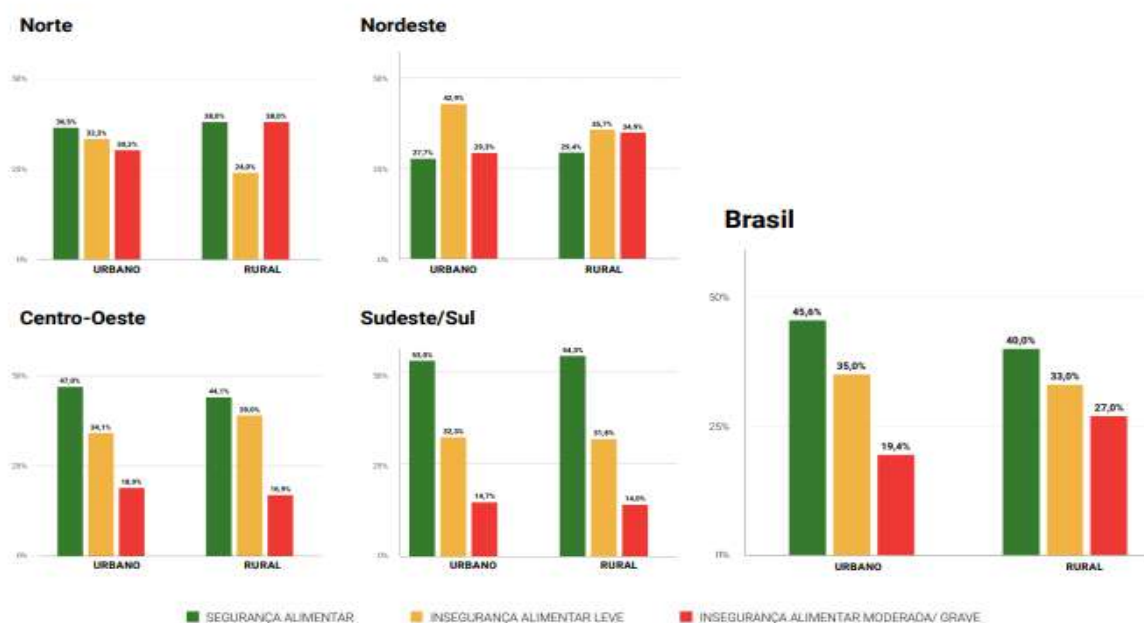
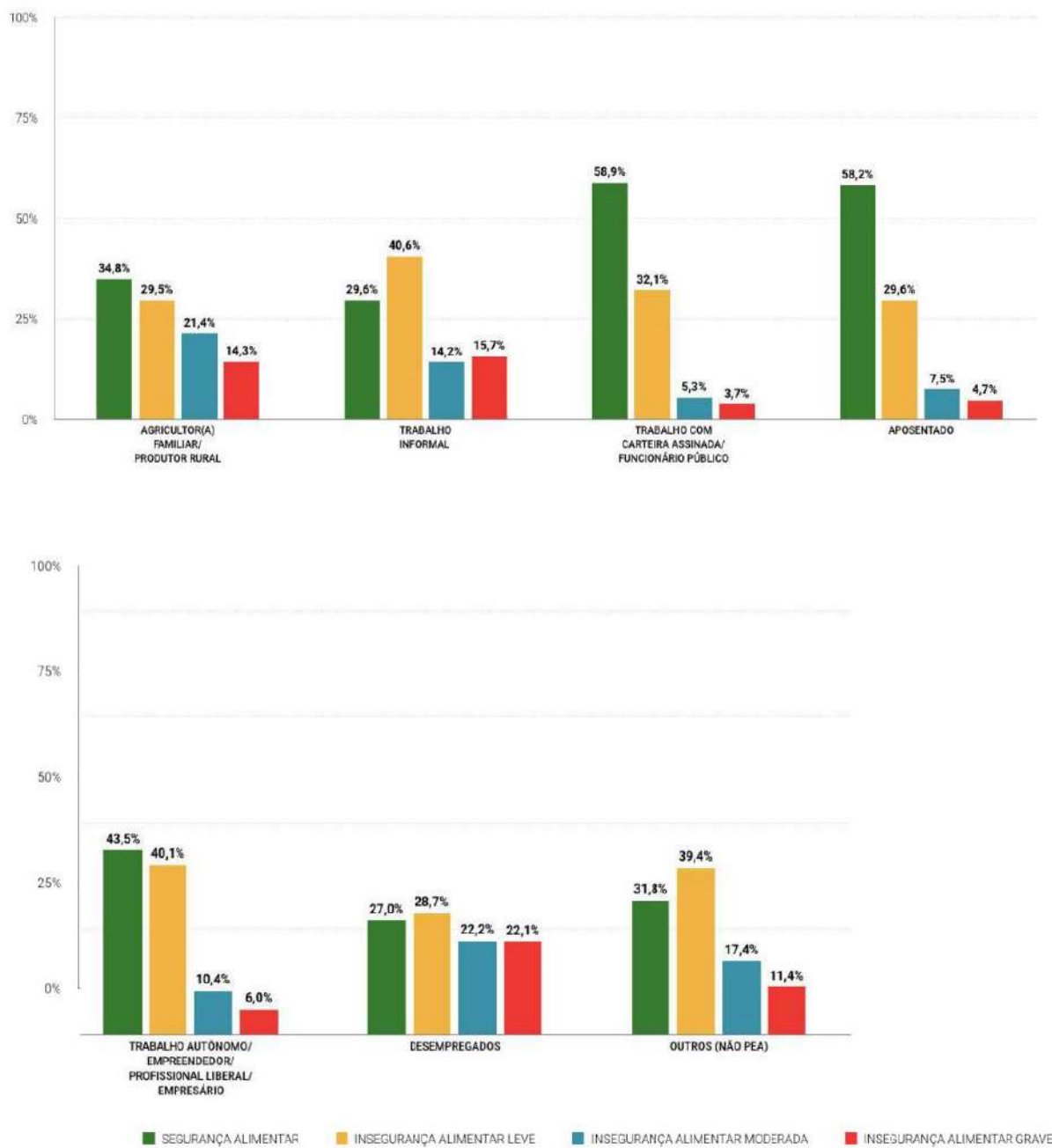


Figura 7

Figura 6 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo a situação de trabalho. VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.



Conforme apresentado nos gráficos acima, podemos observar como a renda influencia diretamente na segurança alimentar, principalmente em um cenário em que o valor dos alimentos subiu e o número de desempregados aumentou drasticamente, gerando uma instabilidade sobre a aquisição de alimentos por grande parte da população. Em muitos casos,

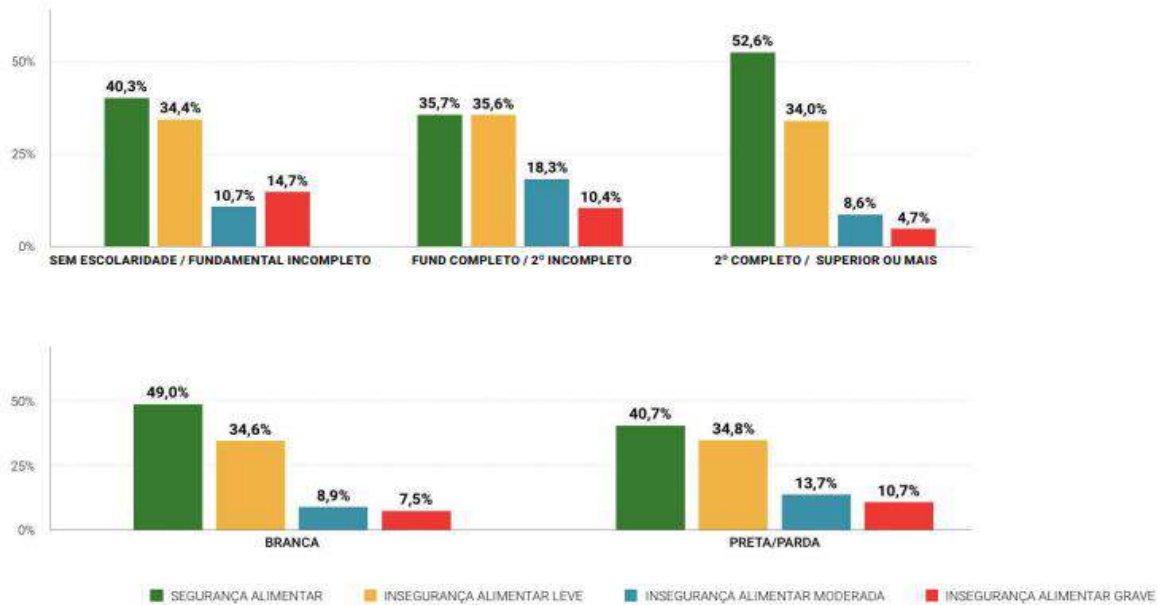
famílias que viviam uma situação de segurança alimentar, passaram a condição de insegurança alimentar. Além disso, fazendo uma pequena observação, devemos levar em consideração que apenas uma parte dos gastos é voltada para a alimentação, já que há outros custos como: habitação, gás, conta de luz e outros, que durante esse período também sofreram aumentos, complicando mais ainda a qualidade de vida de muitas famílias.

Como é possível observar, os brasileiros que estão inseridos no trabalho formal ou que recebem o benefício da aposentadoria, indicam que possuem uma melhor garantia de adquirir alimentos. Em contrapartida, as pessoas desempregadas totalizam 73% em situação de insegurança alimentar, apenas 27% se encontram em condição de segurança alimentar, enquanto os trabalhadores informais vivenciam quase a mesma realidade de quem está desempregado. Analisando os gráficos acima, apenas 29,6% têm acesso digno à alimentação, somando-se 70,4% em situação de insegurança alimentar. Esses dados nos mostram como essa parcela da população vive de forma instável, fazendo parte do grupo de pessoas que mais vive em situação de insegurança alimentar, experienciando a fome e menor segurança alimentar.

Figura 8

Figura 7 - Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo as características da pessoa referência do domicílio (sexo, faixa etária, raça/cor da pele e escolaridade). VigiSAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2020.





O gráfico acima nos traz um ponto importante, pois através da implementação dos formulários com a utilização de perguntas estratégicas foi possível traçar o perfil de brasileiros que mais se encontram em situação de segurança e insegurança alimentar, isso potencializa bastante na criação de políticas públicas que atendam de forma precisa e eficiente o público. Como apresentado, no quesito idade, os brasileiros acima dos 65 anos apresentam uma maior segurança alimentar, provavelmente, como visto anteriormente, possuem acesso a algum benefício, como aposentadoria ou doença, como o benefício de prestação continuada (BPC). Em segundo lugar, estão as pessoas com idade entre 50 a 64 anos, que, neste caso também, podem já estar recebendo a aposentadoria que acaba garantindo a segurança da renda, mesmo que seja um salário mínimo. E, em último lugar, as pessoas entre 18 e 49 anos são as que apresentam maior grau de insegurança alimentar e menor segurança alimentar.

O segundo gráfico apresenta a relação entre o grau de escolaridade e a insegurança alimentar, sabemos que atualmente o mercado de trabalho anda cada vez mais exigente e quem não teve oportunidade acaba tendo muitas dificuldades de ser inserido no mercado de trabalho. Ademais, quando consegue ser empregado recebe uma remuneração em torno de um salário mínimo que, como debatido anteriormente, não é suficiente para contemplar todas as necessidades que demandam, pois seu valor está bem abaixo do que deveria ser.

O resultado da pesquisa nos mostra que o grau de escolaridade que mais apresenta pessoas em situação de insegurança alimentar é quem tem o ensino fundamental completo e o segundo grau incompleto, entretanto, pessoas que não possuem escolaridade e não terminaram

o ensino fundamental apresentam um maior grau de insegurança alimentar grave, ou seja, estão em situação de fome. Em seguida, os brasileiros que não possuem escolaridade ou o ensino fundamental completo é o segundo grupo a indicar o menor grau de segurança alimentar e, por último, quem possui um melhor acesso à alimentação de qualidade é quem possui o ensino fundamental completo/ensino superior.

Como esperado, analisando o terceiro gráfico, as pessoas pretas/pardas são as que mais se encontram em situação de insegurança alimentar, ou seja, 59,2% não se alimentam corretamente e, desse total 10,7% passam fome, enquanto apenas 40,7% têm acesso a uma alimentação adequada. Já a população branca, 49% estão em situação de segurança alimentar, ao mesmo tempo que 51% vivenciam a insegurança alimentar e 7,5% a fome. Isso nos mostra que historicamente e atualmente, a população preta é o público que ainda mais sofre com a fome.

Conforme apresentado na pesquisa divulgada ano passado, realizada no período de 5 e 24 de dezembro de 2020, a rede PENSSAN nos entregou um conteúdo bem desenvolvido e detalhado do qual nos permite ter uma dimensão do cenário alimentar brasileiro. Entretanto, como consequência dos impactos causados pela pandemia, este quadro se agravou ainda mais no decorrer de 2021 e início de 2022, neste sentido, cumprindo com o compromisso de divulgar informações e trazer dados atualizados sobre a fome no país, em junho de 2022, foi publicada mais uma pesquisa sobre essa situação no país¹⁹.

“O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede PENSSAN, põe luz sobre o drama pelo qual passa o país. Para a Oxfam Brasil, esse é um trabalho de grande importância para a nossa sociedade. Não podemos normalizar a fome. Temos que nos indignar! O dia em que nós, como sociedade, perdermos a capacidade de nos indignar com o fato de que existem pessoas pegando ossos em caminhão, perderemos nossa humanidade e a capacidade de construir um país justo e solidário.” (Rede PENSAN, 2022).

☐ II Inquérito da Vigisan

Além da situação que será exposta a seguir com os dados da pesquisa sobre o agravamento da fome no período de 2021 e início de 2022, é necessário, de forma breve, citar algumas medidas tomadas pelo atual governo que acabaram implicando diretamente nos resultados atuais e que só provam o descaso com a segurança alimentar e o enfrentamento da fome no país. Em 2019 uma das primeiras medidas tomadas foi a suspensão do Conselho

¹⁹ Pesquisa Rede PENSSAN. II Inquérito sobre a insegurança alimentar. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA- um importante órgão que tinha como atribuição atuar na formulação, avaliação e monitoramento de políticas voltadas à segurança alimentar e combate à fome.²⁰ Mais adiante, em 2021 foi extinto o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF). Posteriormente, esses programas foram substituídos pelo Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, porém, especialistas já informam que há limitações quando comparados aos programas extintos. Além disso, a agricultura familiar vem recebendo menos estímulos por parte do governo, o que acaba por gerar sérios problemas na produção desses agricultores e no abastecimento interno do país.

O segundo Inquérito foi realizado no período de novembro de 2021 e abril de 2022, feito através de entrevistas presenciais que contavam com a utilização de formulários com perguntas já definidas em 26 Estados do país e no Distrito Federal. Participaram 12.745 domicílios totalizando 35.022 indivíduos entrevistados, em áreas urbanas e rurais. As perguntas relacionadas à segurança alimentar e nutricional foram implementadas através da utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que existe desde 2004.

A EBIA avalia o acesso aos alimentos nos lares na perspectiva dos responsáveis pelo preparo das refeições ou de algum/a morador/a adulto/a que tenha conhecimento da dinâmica alimentar das famílias, diante da escassez de dinheiro, em quatro níveis (SA e IA leve, moderada ou grave). O nível mais severo – IA grave – permite o monitoramento da fome no país. Outras escalas equivalentes de aferição da SA/IA têm sido usadas em diversos continentes e em países de renda alta, média e baixa, bem como pela ONU, como instrumento adequado para o monitoramento do Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (OBHA)²¹

Assim como no primeiro inquérito, abordado anteriormente, neste segundo momento, contaremos também com a filtragem de informações e tabelas, assim como foi feito acima, já que a pesquisa é extensa e bem detalhada, neste sentido, foi necessário selecionar informações que seriam importantes para a realização deste trabalho.

²⁰ Conselho Nacional de Segurança Alimentar: <https://ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/133-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/269-conselho-nacional-seguranca-alimentar-e-nutricional>

²¹ <https://obha.fiocruz.br/?p=602>

Figura 9

Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)								
Brasil e localização dos domicílios	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: Olhe para a fome.

A tabela acima nos mostra de uma maneira geral sobre o resultado encontrado após a pesquisa realizada pela Rede PENSSAN, nos dando informações sobre a situação no Brasil inteiro e nas duas zonas, urbana e rural. No período de 2021 e 2022, no Brasil totalizaram 125,2 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, sendo 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave. A grande maioria está concentrada na zona urbana, que conta com uma quantidade alarmante de 105,7 milhões de pessoas em insegurança alimentar, e desse total, 27,4 milhões passam fome. Na zona rural, 19,5 milhões de pessoas vivenciam a insegurança alimentar enquanto 5,6 milhões passam fome. Isso ocorre por conta do acesso a parcelas muito pequenas de terras, o minifúndio, que não permite uma subsistência adequada, por ausência de políticas públicas de apoio ao campesinato e por conta de catástrofes e fenômenos climáticos, como secas ou chuvas intensas, por exemplo.

Figura 10

TABELA 2

Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil e macrorregiões	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
BRASIL	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Norte	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
Nordeste	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
Centro-Oeste	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
Sul/Sudeste	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
Sudeste	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
Sul	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010

Fonte: Olhe para a fome

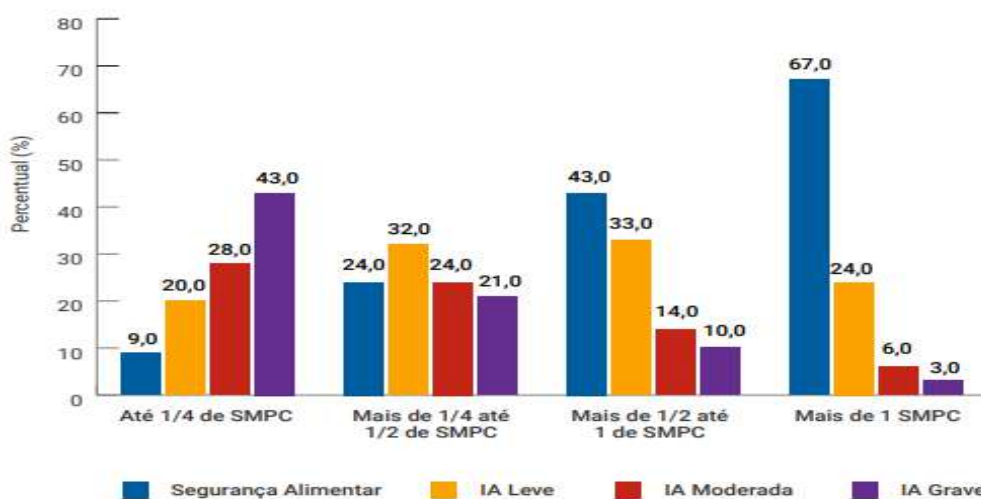
Já na segunda tabela, apresentada acima, é feita uma identificação da segurança e insegurança alimentar no Brasil e nas macrorregiões, é possível observar com mais detalhes a desigualdade entre as regiões. Assim como no I inquérito, o Norte e o Nordeste são as regiões que mais apresentam insegurança alimentar e pessoas passando fome, comparado ao resto do país. No Norte, do total de 18,9 milhões de habitantes, somente 5 milhões de pessoas da região estão em segurança alimentar, 13,5 milhões vivem em situação de insegurança alimentar enquanto 4,8 milhões estão em situação de fome. No Nordeste, do total de 57,6 milhões de habitantes, 18,4 milhões da população vivem em situação de segurança alimentar, enquanto 39,2 milhões vivenciam a insegurança alimentar e 12,1 milhões, a fome. Em seguida, Centro-Oeste totalizando 16,7 milhões de habitantes, 6,7 milhões estão em situação de segurança alimentar, 9,9 milhões em insegurança alimentar e 2,1 milhões vivem em situação de fome. O Sul/Sudeste tendo como número total de 119,9 milhões, 57,7 milhões dessa região vivem em situação de segurança alimentar, 62,1 milhões vivem algum grau de insegurança alimentar, enquanto 14 milhões vivem em condições de insegurança alimentar grave. O sudeste que possui um total de 89,6 milhões de habitantes, desse total 40,6 milhões vivem em segurança alimentar, 48,9 milhões vivenciam algum grau de insegurança alimentar e 11,7 milhões convivem com a

fome. No Sul, que conta com cerca de 30,4 milhões de habitantes, 15,7 milhões têm acesso regular a uma alimentação saudável e 6,6 milhões estão em insegurança alimentar, enquanto 3 milhões passam fome.

São dados preocupantes, já que apenas o Sul apresenta um pouco mais da metade da população em situação de segurança alimentar, em seguida o Sudeste. Sendo assim, isso nos mostra a presença da desigualdade entre as regiões, que somado a outros fatores, como a falta de saneamento, educação, saúde, há a prevalência da insegurança alimentar e da fome.

Figura 11

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

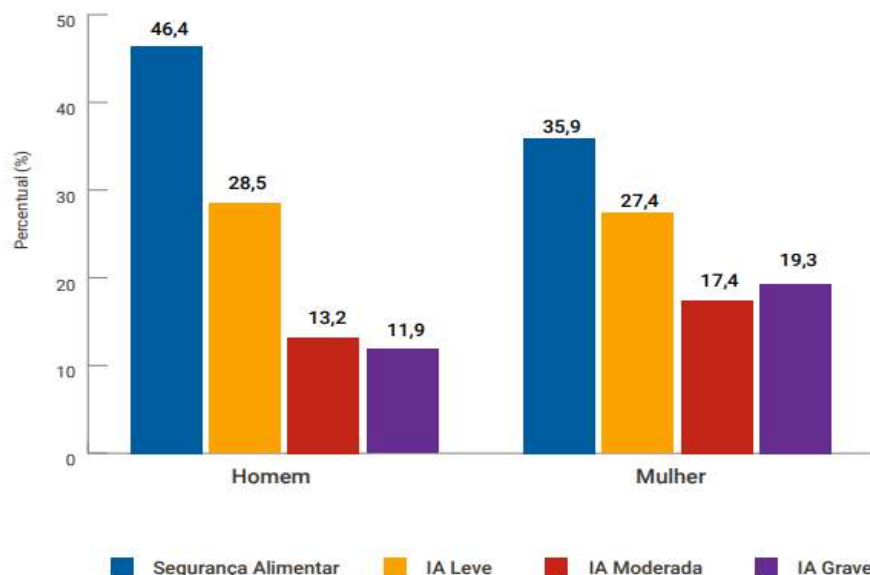


Conforme o gráfico acima, a renda influencia diretamente o acesso à alimentação, quanto maior a renda familiar, maior a chance de se obter uma alimentação de qualidade e regular. É possível observar esse fato à medida que quem recebe mais de um salário mínimo apresenta a maior porcentagem de pessoas em situação de segurança alimentar ao tempo que manifestam uma menor porcentagem de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada e grave. Em contrapartida, na primeira situação, famílias que recebem um quarto do salário mínimo per capita apresentam uma situação grave, já que apenas 9% estão em situação de segurança alimentar e, de modo geral, 91% vivenciam alguma situação de insegurança alimentar.

Abaixo, serão analisados gráficos que nos ajudam a traçar o perfil de pessoas que se encontram em segurança e insegurança alimentar.

Figura12

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

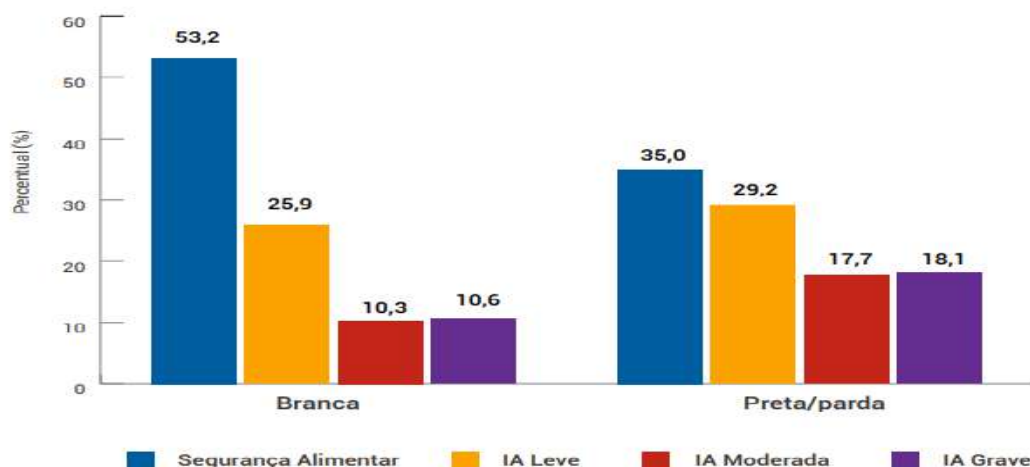


3 O II VIGISAN utilizou o sexo da pessoa de referência (homem; mulher) para as análises em relação a categoria de gênero, com o intuito de comparação com os estudos sobre SA/IA realizados pelo IBGE.

É possível observar no gráfico retirado da pesquisa realizada pela Rede Penssan que as mulheres são as que mais sofrem com a insegurança alimentar e a fome, são também as que menos conseguem garantir a segurança alimentar em seus lares. Enquanto 46,4% dos homens conseguem assegurar uma alimentação de qualidade e permanente em seu dia a dia, apenas 35,9% das mulheres conseguem o mesmo. Ao mesmo tempo, 53,6% dos homens se encontram em situação de insegurança alimentar ao passo que 64,1 % das mulheres lidam diariamente com a fome e com a insegurança alimentar. Isso nos mostra como as consequências de uma sociedade machista e patriarcal afetam essa área também.

Figura 13

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Neste outro gráfico podemos observar que quem mais é afetado pela insegurança alimentar e a fome são as pessoas pretas e pardas. Apenas 35% das pessoas pardas e pretas estão em situação de segurança alimentar ao mesmo tempo que 65% se encontram em situação de fome, insegurança alimentar moderada e leve. Em contrapartida, 53,2% das pessoas brancas se encontram em segurança alimentar, enquanto 46,8% estão em insegurança alimentar e desse total, 10,6% vivenciam a fome. É possível concluir através destes dois gráficos que quem mais sofre com a fome no país são as pessoas pretas e pardas, mais especificamente as mulheres pretas e pardas. Isso nos faz refletir como os processos históricos, como o machismo e o racismo, ainda estão presentes em nossa sociedade e trazendo consequências graves na vida dessas pessoas. Esses resultados expressam os danos do racismo estrutural e do patriarcado que oprimem grande parte da população brasileira e as expõem à fome e a miséria cotidianamente.

☐ **A Escala Brasileira de Medida Direta da Segurança/ Insegurança Alimentar (EBIA)**

Afinal, como é realizada a classificação de quem está em situação de insegurança alimentar? Pois bem, como alternativa de identificar de forma precisa o número de pessoas que estão vivenciando a insegurança alimentar, permitindo traçar os seus graus, que vai de leve ao mais grave, correspondendo a ausência de fome e a experiência da fome, respectivamente, a

Escala Brasileira de Medida Direta da Segurança/Insegurança Alimentar (EBIA) é um importante aliado nesse trabalho. Essa escala, que tem sua origem na escala norte-americana, possibilita que através de 8 a 14 itens adaptados à realidade brasileira por pesquisadores brasileiros seja possível traçar o objetivo. Além disso, é utilizada em pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). A EBIA avalia o acesso aos alimentos nos lares na perspectiva dos responsáveis pelo preparo das refeições ou de algum/a morador/a adulto/a que tenha conhecimento da dinâmica alimentar das famílias, diante da escassez de dinheiro, em quatro níveis (SA e IA leve, moderada ou grave). (II Inquérito).

Em ambas as pesquisas, I e II Inquérito, a EBIA foi utilizada para identificação do grau de insegurança alimentar. O anexo 3 retirada do último Inquérito realizado pela Rede PENSSAN nos mostra as perguntas feitas que de acordo com as respostas atinge a pontuação para cada grau, como mostra o anexo 4.

Figura 14

ANEXO 3 [voltar ao texto](#)

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 8 perguntas. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Perguntas	Opções de respostas		
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
5. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
6. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
7. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
8. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu

Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de oito itens. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Classificação	Pontos de corte
Segurança alimentar	0
Insegurança Alimentar Leve	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	4-5
Insegurança Alimentar Grave	6-8

Como observado acima, são realizadas perguntas de extrema importância que, além de possibilitar a identificar o grau de insegurança alimentar, contribuem para o embasamento de pesquisas e no conhecimento da realidade alimentar de muitos brasileiros. Além disso, os resultados obtidos servem como direção para a definição e criação de políticas públicas.

3- SOBERANIA ALIMENTAR E OS MOVIMENTOS CAMPONESES

“O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida”. ²²

O direito humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (Dhana) inicialmente ficou previsto após a declaração dos Direitos Humanos em 1948. Considera-se como um direito fundamental à sobrevivência humana, como pré-requisito para a realização dos demais direitos constituídos como direitos humanos. Posteriormente, no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), de 1966, e no Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1988. O Dhana é um direito que tem como objetivo combater a fome e a má alimentação, além disso incentivar uma alimentação de qualidade com acesso a alimentos com alto valor nutricional que vão além de proporcionar energia, mas também saúde e dignidade.

Compreender a alimentação e a nutrição adequadas como pilares de um direito humano é notar que, para além da importância de que cada pessoa possa alimentar a si e aos seus, a alimentação e a nutrição são questões coletivas – questões de responsabilidade da sociedade e obrigações do Estado. Os princípios de universalidade, de não discriminação, de dignidade, de indivisibilidade e de interdependência e interrelação entre os direitos humanos são violados brutalmente, quando um direito indispensável para o gozo de todos os demais é violado em sua dimensão mais basal, como é o caso da fome – a violação máxima ao Dhana. (FIAN, 2019).

Fazendo uma breve recapitulação histórica sobre esse direito tão importante, após muitas alterações que continuam vigentes, uma das formas de se assegurar a garantia do Dhana foi através da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Porém, a princípio o entendimento sobre a segurança alimentar estava atrelada a produção e a estocagem de alimentos, o que levou a massiva produção destes, processo que ficou conhecido como Revolução Verde. Entretanto, essa alternativa não mudou a situação da fome já que, apesar da alta produção de alimentos, o acesso não era o mesmo para todos. Como alternativa, identificou-se que não bastava apenas aumentar a produção, mas também criar estratégias que pudessem garantir o acesso econômico e físico de todos os seres humanos a quantidades suficientes de alimentos de forma contínua e

²² Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, 2010, p. 5: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf

permanente. Posteriormente, mais especificamente nos anos 90, foi adicionado o termo Nutricional que se refere a obtenção por parte de todos os seres humanos de alimentos seguros e de qualidade, passando a ser chamada de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, também conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de assegurar a alimentação adequada. A proposta de Lei foi elaborada pelo Consea e discutida amplamente por diversos setores da sociedade, por organismos internacionais de direitos humanos e por membros do Ministério Público. A LOSAN além de estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do SISAN, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional; e, ainda, afirma o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar, como princípios que a orientam e como fins a serem alcançados através de políticas públicas. (CAISAN, n° 1/2011, p. 25).

Neste sentido, a SISAN se torna um instrumento de promoção e de garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada a partir do momento em que adota ações que permitem através da distribuição de alimentos até ações de redistribuição de renda e recursos produtivos, como, por exemplo, acesso à terra rural e urbana, acesso a territórios, acesso à moradia, acesso a informações, acesso aos canais de participação política e controle social. (CAISAN, n° 1/2011, pag 29).

No informe ‘Pandemia, Desigualdade e Fome’ publicado em 2021 pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequados - FIAN Brasil - órgão que faz o monitoramento das situações de violação do DHANA no país, nos traz reflexões importantes sobre a temática. A FIAN entende que para a realização do Direito Humano à Alimentação possuem quatro dimensões diferentes fundamentais, são elas: a nutrição, a soberania alimentar, as relações raciais e a questão de gênero.

O conceito de soberania alimentar está atrelado à ideia de que os povos devem ter o poder de escolha sobre sua alimentação a partir de suas demandas, sem imposição dos grupos de alimentos que vêm pré-definidos e seguem os interesses do mercado. Além disso, prevê uma relação mais íntima do homem com o que está sendo produzido, proporcionando um maior poder de escolha e consciência da qualidade da alimentação que se está sendo ingerida e de suas transformações tendo um contato maior com a natureza e seus impactos ambientais, sem o distanciamento e desconhecimento do alimento que chega aos nossos pratos como o modelo tradicional que gira em torno do lucro.

Ela propõe, basicamente, que a natureza e as pessoas que produzem e consomem alimentos estejam no centro dos sistemas alimentares, ou seja, que as comunidades

definem os processos de produção, coleta, pesca, processamento, distribuição, troca, comercialização e consumo de alimentos, a partir de suas necessidades e em equilíbrio com os recursos naturais disponíveis. Soberania alimentar constitui, portanto, uma defesa dos interesses e a inclusão das gerações futuras, priorizando as economias e mercados locais e nacionais, empoderando a agricultura familiar, a pesca artesanal, o pastoreio tradicional, a distribuição e consumo de alimentos com bases sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico, o comércio justo para todas as pessoas e o direito dos consumidores de controlar sua alimentação e nutrição (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007). (FIAN, 2021)

Inseridas em uma sociedade machista e patriarcal, as mulheres, apesar de muitas conquistas resultantes de tantas lutas, ainda sofrem com a desigualdade de gênero. No mercado de trabalho saem em desvantagem salarial em relação ao homem, são perseguidas e “substituíveis” e menos procuradas pelo fato de engravidarem, são elas que encaram dupla, tripla jornada, são, na maioria das vezes, as responsáveis pelo cuidado dos filhos, idosos e entes, são também responsáveis pela alimentação familiar, ficando encarregadas de alimentar as crianças e, por isso, são as culpadas por qualquer problema de saúde ocasionados, já que são sempre colocadas como responsáveis pelo bem estar de todos.. Trazer as mulheres para um lugar de destaque nas discussões e proposições sobre o DHANA é, além de uma questão de justiça, um investimento na promoção do direito, em sua forma ideal de realização: com cuidado, solidário e para o conjunto da sociedade. (FIAN, 2021).

Outra questão fundamental que viola a realização do DHANA e de outros direitos por parte da população não branca é o racismo estrutural. O Brasil se constituiu economicamente e socialmente através do racismo que perpassou e ainda perpassa todas as estruturas do nosso país. Nos inquéritos realizados pela Rede PENSSAN os resultados sempre apontam como a população negra está em maior peso em situação de insegurança alimentar moderada e grave. Porém basta observar qual o perfil das pessoas que estão em situação de rua, dos cargos ocupados pelas pessoas negras, pelos comentários racistas que ouvimos e, muitas das vezes, são considerados “brincadeiras” por quem os faz. Somos um país que carrega o peso da abolição da escravidão de forma tardia, temos enraizado o racismo em nossas estruturas, na subjetividade dos brasileiros, na economia e no direito. (FIAN, 2021, p. 14).

Neste sentido, a população negra representa a parcela da população que, devido a presença da discriminação ocasionada pelo racismo, ainda muito forte no Brasil, encontra maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e conseqüentemente possuir renda. Sendo assim, é o público que mais vive o desespero da fome, ingerindo alimentos de baixa qualidade nutricional que acabam aumentando as chances de desenvolver doenças crônicas como pressão

alta e diabetes, doenças estas que são ocasionadas por um alto consumo de alimentos ultra processados.

Diante das problemáticas causadas pelo próprio sistema agroalimentar industrial vigente e a insuficiência da ideia de Segurança alimentar e Nutricional, o conceito de soberania alimentar na visão dos camponeses vem como alternativa para um modelo que rompe totalmente com essa lógica de produção de alimentos. Uma produção que, além de gerar a fome e uma alimentação precária, afeta o meio ambiente causando desequilíbrios ambientais e culturais, trata o alimento como mercadoria, provocando crise no preço dos alimentos.

A Via Campesina, que é a organização mundial dos camponeses que luta pelo direito à soberania alimentar, foi fundada em 1993, conta com 182 organizações locais e nacionais em 81 países da África, Ásia, Europa e América. No total, representa cerca de 200 milhões de pequenos produtores de alimentos. Além disso, conta com mais de 70 escolas e processos de formação baseados na educação popular, que é um método e abordagem que propõe a expansão da agroecologia em nível territorial e o fortalecimento da Soberania Alimentar dos povos. Luta pela soberania alimentar e é formada por trabalhadores sem-terra, indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens agricultores de todo o mundo²³. A organização defende o direito à soberania alimentar, a alimentação de qualidade como um direito.

A Soberania Alimentar é o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada, produzida por métodos ecologicamente respeitosos e sustentáveis, e seu direito de definir seus sistemas alimentares e agrícolas. La Vía Campesina insiste que os diversos métodos de produção agroecológica, promovidos pelos camponeses, com base em séculos de experiência e evidências acumuladas, são essenciais para garantir uma alimentação saudável para todos em harmonia com a natureza. (Via Campesina, site)

Somado a isso, a organização se coloca totalmente ao contrário do que se encontra no modelo de produção alimentar industrial que gera uma padronização alimentar em um contexto global. A homogeneização dos alimentos ocorre porque se coloca como objetivo central o lucro, há um foco maior na produção de determinados alimentos principalmente na produção do milho, soja e trigo, chamados de commodities. São alimentos fundamentais para a indústria, já que mais tarde chegam à mesa dos consumidores com aditivos que viciam, como o sal e o açúcar que, além disso, em excesso, podem acarretar diversas doenças. A soberania alimentar busca resgatar o que o modelo agrícola industrial ceifou, a cultura alimentar dos territórios e povos.

²³ <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>

A reforma agrária, defendida pela Via Campesina, seria um importante aliado para que muitos camponeses tivessem acesso a terras e colocar em ação a soberania alimentar, produzindo alimentos capazes de diminuir a fome e a insegurança alimentar no mundo, já que são responsáveis por grande parte da produção de alimentos diversificados e saudáveis no mundo, respeitando os limites da natureza.

O acesso dos camponeses à terra e defesa de sua soberania territorial pode garantir que a produção de alimentos esteja baseada prioritariamente nas demandas locais, naquilo que é necessário produzir para a solução do problema da fome, tendo como referência as dietas locais, com seus significados culturais trazendo diversidade alimentar como reflexo da biodiversidade local e da sazonalidade, garantindo a qualidade nutricional dos alimentos (VIA CAMPESINA, 2007).

Outro ponto importante e central é que a produção agrícola camponesa ocorre de forma respeitosa com a natureza, como mencionado acima. A visão sobre os recursos naturais como o solo, a água, as sementes são tidas como essenciais à vida de todos os seres vivos e que precisam ser preservados, pois são finitos. Na lógica neoliberal de produção, esses recursos são privatizados por empresas que os controlam de forma totalmente irresponsável em função do lucro.

3.1 Movimentos Sociais camponeses e a solidariedade durante a Pandemia

Em meio ao aumento drástico da fome, uma das consequências trazidas pela pandemia provocada pela doença covid-19, tendo em vista a ineficiência do governo federal, especialmente, muitos movimentos sociais tiveram iniciativas de solidariedade para dar a sua contribuição aos trabalhadores urbanos, principalmente. Iremos nos debruçar sobre dois movimentos: O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Além disso, apresentaremos o trabalho realizado pelo ‘QADE-Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Questão Agrária em Debate’ da Escola de Serviço Social da UFRJ, que acompanha estas duas organizações, mais regularmente, os trabalhos realizados pelo MPA.

O Brasil colonial fundado com base na escravidão/desigualdade aprovou em 1850 a Lei de Terras, mencionada lá em cima, que estabeleceu o acesso à terra exclusivamente via compra (as terras eram até então concessão), essa medida se deu justamente para preservar o monopólio da Terra com os grandes proprietários vide o processo de abolição da escravização que se

avizinhava. Isso deixou marcas profundas de concentração de terra na sociedade brasileira, até os dias de hoje. Somado a isso, a exclusão de negros/os, as perseguições e mortes geradas as nações indígenas, quilombolas, camponesas e camponeses, provocadas por parte da elite brasileira, infelizmente, ainda se fazem presente no século 21.

Foi a partir desse contexto que o MST e outros movimentos sociais surgiram, como forma de resistência e luta por direitos. O MST é um movimento fundado em 1984 que, atualmente, se encontra fortemente organizado nas 5 regiões do país, em 24 estados. É um movimento que luta pelo direito à terra, pelo direito à reforma agrária popular e por mudanças sociais no país.

Em um cenário de muita miséria e fome, já existentes, mas agravados pela pandemia, alguns movimentos sociais, de forma independente, tomaram medidas para intervir na situação. O MST, desde o início da pandemia, realizou um trabalho importante de distribuição de alimentos como forma de minimizar a fome em áreas rurais, urbanas e em aldeias indígenas. Até o momento, o movimento já distribuiu mais de 6 mil toneladas de alimentos e mais de um milhão de marmitas para pessoas em situação de fome e insegurança alimentar.²⁴ O movimento realizou a campanha ‘Natal sem fome’ que, em um período de dezembro a janeiro, beneficiou 250 mil pessoas, contando com mais de mil toneladas de alimentos distribuídos. Os alimentos são produzidos por agricultoras e agricultores do próprio movimento, em seus espaços de produção, em hortas, graças à força e organização durante esses mais de trinta e cinco anos de história.

Outro movimento que se fez importante para a população brasileira foi o Movimento dos Pequenos Agricultores. O MPA é um movimento de caráter nacional de massa, autônomo que nasceu da luta de camponeses e camponesas para resistir no campo. A organização do movimento se deu após os avanços neoliberais que atingiram também os campos e a seca vivenciada pelos camponeses no final de 1995 e início de 1996 no Rio Grande do Sul, originando-se em 1996. Está constituído em 18 estados brasileiros, totalizando em cerca de 100 mil famílias do campo, que se organizam em grupos nas comunidades camponesas. Tem como princípio resgatar a cultura camponesa através da articulação de diversos camponeses espalhados pelo país, fortalecendo um movimento que luta pela soberania alimentar e por uma sociedade justa aliado a outros movimentos do campo e da cidade.

²⁴ MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia,as%20grandes%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs.>

O MPA mostra-se como um movimento que pratica a soberania alimentar, de resistência que luta por melhores condições de vida de camponesas e camponeses, pela existência e fortalecimento deles, proporciona a chegada nos lares de famílias do campo e da cidade de uma alimentação que vai totalmente contra a lógica do agronegócio, já que produzem alimentos orgânicos, de maneira agroecológica resultando em uma vasta variedade de alimentos, zelando pela saúde e respeito ao meio ambiente.

Preocupados com os impactos causados pela pandemia, de início o movimento lança a campanha “#FiqueEmCasa, seguiremos produzindo seus alimentos!”, com o objetivo de distribuir cestas agroecológicas, produzida pelos próprios agricultores e agricultoras do movimento, para famílias do Brasil inteiro em meio às medidas de isolamento social, fundamentais para amenizar a propagação do vírus.

Outra campanha pelo MPA é o ‘Mutirão Contra a Fome’ que se iniciou em abril de 2020 e acontece em 14 favelas do Rio de Janeiro através de uma articulação feita pelos Comitês Populares de Alimentos (CPAs), existente em cada comunidade, proporcionando uma conexão do campo com a cidade sendo responsáveis pela distribuição desses alimentos agroecológicos produzidos por famílias camponesas nos territórios. Até o momento, só no Rio de Janeiro, já foram entregues 300 toneladas de alimentos, para quase 19 mil famílias em situação de vulnerabilidade social e alimentar, com mais de 25,5 mil cestas básicas entregues durante a pandemia. 25

Algumas destas ações foram apoiadas por setores das universidades, como é o caso do Laboratório Questão Agrária em Debate. Antes da distribuição da vacina contra a covid 19 as ações de parceria se deram via trabalho remoto, depois da primeira dose especialmente as docentes participaram de algumas ações presencialmente e as estudantes se somaram as ações presenciais já no final de 2021. Participação junto a estas ações se dá no escopo do que se compreende por extensão universitária popular e a própria função social da universidade pública.

3.2 O Laboratório de Questão Agrária em Debate (QADE) da ESS/UFRJ

O Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Questão Agrária em Debate (Qade) foi criado em 2012 dentro da Escola de Serviço Social e tem a sua história voltada nas às lutas dos movimentos camponeses. A sua existência no meio acadêmico tem como o objetivo reunir

²⁵ <https://mpabrasil.org.br/noticias/comites-populares-do-alimento-a-soberania-alimentar-comeca-no-territorio/>

pesquisadores sobre o tema, a fim de aguçar o debate sobre a realidade agrária no Brasil e no Rio de Janeiro pensando na formação dos futuros profissionais. Essa possibilidade de realização do tripé: ensino, pesquisa e extensão proporciona uma educação mais crítica, completa e que vai além dos muros acadêmicos, aproximando estudantes e profissionais da sociedade e permitindo uma troca importante de conhecimentos de ambos os lados, simultaneamente.

A princípio, o QADE começou como um grupo de estudos tendo como participantes professores, estudantes de graduação e pós-graduação. Posteriormente, em 2013, impulsionado pela “turma Carlos Nelson Coutinho”, que era composta por assentados do Brasil inteiro e movimentos sociais, foram realizadas algumas experiências de extensão o que acabou proporcionando um estreitamento maior da relação entre ESS com os Movimentos Sociais do campo, mais especificamente com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Com o passar do tempo, a extensão fortaleceu o seu diálogo com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que estavam começando a realizar um trabalho aqui no Rio de Janeiro em áreas de assentamentos, o que possibilitou uma ampliação das ações também na pesquisa e ensino no acompanhamento e uma aproximação com esses camponeses. Nesse sentido, o QADE começa a participar de atividades em parceria com o MPA.

Atualmente, o QADE atua em dois projetos e um curso de extensão. O projeto ‘Assentados da Reforma Agrária e Universidade’, que dá apoio à produção e comercialização de alimentos e produtos promovendo a geração de renda para esses camponeses. O “Poder Popular e Campesinato na América Latina: Memória, Arte e Resistência” que visa a comunicação popular, desenvolvendo conteúdos em redes sociais, rádios e produção de documentários, entre outros, para o resgate e promoção da memória camponesa. Em 2022 está organizando um curso para a assistentes sociais, estudante e profissionais de área afins, por via remota, denominado “Diálogos entre Questão Agrária, Questão Social e Serviço Social. Além disso, realiza um grupo de estudos para a discussão de assuntos voltados à fome, agroecologia, a questão agrária no Brasil e disciplinas eletivas que também abordam essas temáticas.

O QADE acompanhou diversas dessas ações relatadas acima, em especial as do Mutirão Contra a Fome nas favelas da Rocinha e da Mangueira, propostas pelo MPA e com moradores desses territórios. Também organiza regularmente junto com o MST a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária que congrega dentro das universidades e nos assentamentos como estratégia de provocação pela realização da reforma agrária no Brasil. Agora vamos destacar algumas das que acompanhamos enquanto estagiária do Laboratório em 2021.

1) Mutirão Contra a Fome

Nós do Qade acompanhamos enquanto as ações do "Mutirão contra fome", que é uma campanha nacional desenvolvida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Iniciada em abril de 2020, após o decreto de crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19 no Brasil, a motivação para iniciar essa campanha teve como principal objetivo a distribuição de alimentos agroecológicos para pessoas em situação de fome e insegurança alimentar (MPA BRASIL).

O Qade, portanto, pela parceria feita com o MPA, entendendo a a fome e questão agrária como expressões da questão social, faz o acompanhamento desse trabalho do Mutirão contra a fome na favela da Mangueira, zona norte do Rio de Janeiro, que atualmente contempla 29 famílias pela cesta. São famílias fixas que foram selecionadas pelos próprios moradores da comunidade, rompendo totalmente com a lógica de seleção neoliberal. Além disso, essas famílias têm total autonomia para decidirem quais alimentos querem receber em suas cestas fazendo suas escolhas uma semana antes de as receberem. Através de reuniões realizadas semanalmente, os integrantes do "Projeto Serviço Social na Mangueira", do qual fazia parte, composto por quatro assistentes sociais e duas estagiárias, foi pensado em como poderia ser feita a nossa contribuição ao trabalho que já vem sendo realizado. Como primeira tarefa, nós estagiárias fizemos o mapeamento dos equipamentos sociais com a finalidade de conhecermos o território para que, em nossas futuras intervenções, pudéssemos ter essas informações como aliadas facilitando o nosso trabalho, mas, principalmente, com o objetivo de impulsionar essas famílias a acessarem esses equipamentos. E como resultado, localizamos quatro órgãos da Assistência Social, duas instituições de Saúde e quatro Sócio jurídicas.

Além disso, a partir da necessidade de traçar um perfil social da população atendida pelo mutirão contra a fome, tivemos a ideia de criar um formulário com perguntas estratégicas. Criamos o formulário de forma on-line através do Google Forms com a intenção de disponibilizar para o grupo do *WhatsApp* que as famílias já fazem parte. Por fim, até o momento em que eu fiz parte como estagiária, para o início desse ano, foi pensado sobre a possibilidade de realizar oficinas juntamente com a distribuição de panfletos e um plantão social durante as entregas das cestas, para que pudéssemos trabalhar com essa população assuntos sobre alimentação saudável, agroecologia e soberania alimentar em uma perspectiva de educação popular.

Já que o direito à alimentação está fixado no artigo 6º da Constituição, sendo um direito social e de total responsabilidade do Estado, o nosso trabalho junto ao MPA seria de mobilizar e conscientizar a população sobre o seu direito e como cobrar isso do Estado.

2) Oficina ‘Além do prato’ -- Rocinha

Atividade realizada Jornada Nacional de Luta por Soberania Alimentar, em comemoração ao dia 16 de outubro.

Participei da atividade ‘Além do prato’ realizada no mês de outubro de 2021, na semana do dia das crianças na favela da Rocinha. A atividade contou com a participação do MPA e MPA Mirim, MTST, Qade e outros. Foi organizada e realizada em uma ONG dentro da comunidade, bem conhecida pelas crianças e seus pais.

O objetivo da oficina foi trabalhar com as crianças de forma pedagógica os alimentos levados pelos organizadores. Durante a atividade, era apresentado cada item, na tentativa de captar se elas conheciam, se gostavam, ao mesmo tempo que era explicado como foi a produção e como chegou até as suas mesas. Por fim, contávamos a importância de tais alimentos e sugerimos uma alimentação saudável. Ao todo, aconteceram oito oficinas simultaneamente, cada uma abordando uma temática diferente com a duração de meia hora, cada criança podia passar em duas mesas diferentes totalizando uma hora de atividade. Finalizada a atividade, foi servido a todos que estavam no local almoço com alimentos produzidos pelo próprio mpa.

Foi uma experiência muito enriquecedora e agradável, as crianças ficaram à vontade, se divertiram enquanto aprendiam, puderam ter contato com alimentos saudáveis que muitas das vezes não tem acesso em seu lar, já que que não é algo acessível para muitas famílias, ainda mais no governo atual.

Ser estagiária do QADE e fazer parte dessas atividades juntamente com o MPA me proporcionaram uma maior aproximação sobre o trabalho desenvolvido pelos movimentos sociais, além de ampliar o meu conhecimento sobre a complexidade das questões que envolvem os alimentos que chegam em nossos pratos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões feitas após a exposição e a elaboração deste trabalho, foi possível ter uma dimensão do expressivo número de brasileiros que convivem com o drama da fome e da insegurança alimentar em seus lares. A fome que já se fazia presente na vida de muitos brasileiros, em um contexto de uma crise sanitária, se intensificou drasticamente. Cumprindo com o seu objetivo principal, os inquéritos realizados pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar) nos permitiram ter uma dimensão do número de brasileiros que vêm sendo afetados por esse modelo agroindustrial produtor da desigualdade social e da fome.

Precisamos destacar que em meio a um momento de total vulnerabilidade causado pelo covid-19, não houve uma comoção por parte do governo com a grave situação que a população se encontrava. O cenário foi assustador, número recorde de mortes, desemprego em massa, empresas falindo e a quantidade de pessoas famintas crescendo a cada dia. Os itens básicos e tradicionais que fazem parte da mesa da maioria dos brasileiros, que compõem as cestas básicas, como o arroz, o feijão e a carne, e um item indispensável para o preparo de qualquer alimento, o botijão de gás, atingiram valores exorbitantes já nos primeiros meses de pandemia. Isso provocou um cenário

No primeiro inquérito, divulgado no ano de 2021, tivemos conhecimento de que 116,8 milhões de brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar, desse total, 19,1 milhões de brasileiros estavam experienciando a fome. Mais para frente, em 2022, outra pesquisa foi disponibilizada e tivemos uma atualização ainda pior deste quadro, apenas um ano depois, somava-se ao número obtido da pesquisa anterior mais 14 milhões, subindo para 33,1 milhões de brasileiros lidando com a fome. Ademais, identificou-se nos resultados obtidos nas duas pesquisas, a desigualdade regional dentro do país, sendo o Norte e o Nordeste as regiões que apresentam o maior número de pessoas em situação de insegurança alimentar e menor número de segurança alimentar. Outro resultado importante é que apresentam um menor grau de segurança alimentar e, conseqüentemente, maior grau de insegurança alimentar e fome, os lares em que tem a mulher como referência no domicílio, sendo preta ou parda e com baixa escolaridade e renda.

Foi possível perceber que o Brasil ainda tem um longo caminho pela frente quanto a conquistas sociais por parte da população brasileira. O DHANA, direito fundamental a todos os seres humanos, assegurado internacionalmente e no artigo 6º da Constituição Federal de

1988, não foi acessado por milhões de brasileiros de forma expressiva principalmente durante a pandemia. Estamos vivendo um cenário de completo desmonte e desvalorização das políticas públicas. A lógica do ultra neoliberalismo presente no mundo e com força no atual governo, faz com que reine um pensamento de cada um por si e desvalorização da ação Estado no enfrentamento das mazelas sociais.

Podemos concluir que na gestão do presidente Jair Bolsonaro não houve um comprometimento ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar. Pelo contrário, as medidas tomadas em seu mandato, desde que assumiu o cargo, como a desativação dos galpões da CONAB, a extinção do CONSEA, a diminuição de verbas destinadas à agricultura familiar e a programas importantes que abastecem internamente o nosso país, mostram de que lado esse governo está. Está do lado das grandes empresas que lucram com a fome, da perseguição e morte dos povos tradicionais, que desmatam e comentem incêndios criminosos, que trazem venenos em seus alimentos produzindo incontáveis doenças, está do lado do modelo agroexportador.

Sendo assim, destacamos as ações e a importância dos movimentos camponeses, especialmente o MST e o MPA que acompanhamos mais de perto, no enfrentamento da fome no país, principalmente durante a pandemia que, mesmo com as dificuldades encontradas para resistirem e se sustentarem, através da solidariedade, organização e união, realizaram campanhas de doação de alimentos para famílias em situação de insegurança alimentar e fome. A necessidade cada vez notória da reforma agrária para que se possa diminuir e quiçá acabar com a fome e má alimentação no Brasil.

Por fim, destacamos a relevância da soberania alimentar, defendida pelos movimentos sociais como alternativa para esse modelo de produção vigente no mundo, que mais se preocupa com o lucro que determinados alimentos darão do que produzir para alimentar pessoas, trazendo consequências irreversíveis para o nosso planeta. A soberania alimentar vai totalmente contra essa lógica. Ela se coloca como um modelo que preserva as tradições alimentares de povos locais, se propõe a produzir alimentos para alimentar e nutrir, de forma respeitosa com o solo e com quem vai consumir, rompendo com a cultura agrícola da monocultura e produzem alimentos diversificados.

Importante os profissionais e estudantes de Serviço Social, assim como profissionais das áreas agrárias conhecerem estes conceitos e experiências que fazem uma agricultura mais compatível com o meio ambiente e com os direitos de toda a humanidade, sem colocar o lucro acima da saúde e da vida das pessoas.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Maria. **O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro**. Brasil de Fato, São Paulo, 16 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Comissão de financiamento da produção. **PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos** - destinado a todos os portes. Brasília, 2021

CAMARGO RAL, Baccarin JG, Silva DBP. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional**. Temas de Administração Pública. 2013.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. **A Fome para Josué de Castro e a discussão sobre a Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 13, n. 18, p. 145, 2000. DOI: 10.48075/rfc.v13i18.7979. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7979>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ESTEVE, V. E. **O negócio da comida**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter P. **Josué de Castro: vida e obra**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIOCRUZ. USO da escala de insegurança alimentar (ebia) nos serviços de atenção básica de saúde.obha. Disponível em: <<https://obha.fiocruz.br/?p=602>>. Acesso em: 21 de jun. 2022

MATIOLI, Victor; PERES, João. **O fim anunciado dos estoques públicos de alimentos no Brasil**. O Joio e o Trigo, 21 de nov. de 2019. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/11/o-fim-anunciado-dos-estoques-publicos-de-alimentos-no-brasil/>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

MATIOLI, João. **Por que o fim dos estoques públicos de alimentos do Brasil é um problema**. O Joio e o Trigo, 25 de nov. de 2019. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2019/11/por-que-o-fim-dos-estoques-publicos-de-alimentos-do-brasil-e-um-problema/>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

MELITO, Leandro. **Bolsonaro deixou o país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia, diz Graziano.** Brasil de Fato, São Paulo, 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Isaac. **Valor do Bolsa Família está 5% maior que em 2004, mas 20% menor que em 2014.** UOL, 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/11/bolsa-familia-esta-5-maior-que-em-2004-mas-20-menor-que-em-2014.htm>>. Acesso em 26 fev. 2022

ONU BRASIL, Histórias da fome no Brasil. <https://www.youtube.com/watch?v=k-dnlpn1erQ>, 5 de abril de 2019.

PREÇO mínimo, Conab, 2017. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. > Acesso em: 4 de abr. 2022

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).Gov.br, Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 27 set. 2021

Rede Penssan. (2021). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan. Recuperado de http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

UOL. **AUXÍLIO emergencial de R\$ 600 chega ao fim: qual será o novo valor e até quando será pago?**, UOL, 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/09/01/auxilio-emergencial-de-r-600-chega-ao-fim-qual-sera-o-novo-valor-e-ate-quando-sera-pago.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 09 abr. 2022

Xavier, L.P; Pereira, M.F; Cezimbra, E. N; Cassarino, J.P. Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar. Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 4454-4466, nov. 2018.